



MINISTÉRIO DA
DEFESA

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
4º Trimestre de 2018**

MINISTRO DE ESTADO DE DEFESA

Fernando Azevedo e Silva

SECRETÁRIO-GERAL

Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Franselmo Araújo Costa

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior

EQUIPE TÉCNICA

Divisão de Contabilidade

Renato Pontes Dias – Gerente/Contador Responsável

Carlos Antônio Araújo Cavalcanti – Contador Substituto

Alexander Xavier da Silva

Stephanie Lima Martins

Ilka Aparecida Pettinati Sylvestre de Castro

Gilmar Souza Santos

Sumário

Apresentação.....	2
Demonstrações Contábeis Consolidadas	4
Balanço Patrimonial	4
Demonstração das Variações Patrimoniais	6
Balanço Orçamentário.....	7
Balanço Financeiro.....	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis	12
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	15
Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	19
Nota 2 - Créditos a Receber	19
Nota 3 - Investimentos	20
Nota 4 - Imobilizado	21
Nota 5 – Intangível	23
Nota 6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – CP	24
Nota 7 – Fornecedores e Contas a Pagar	25
Nota 8 – Provisões	26
Nota 9 – Obrigações Contratuais	27
Nota 10 – Execução da Receita Orçamentária	28
Nota 11 – Receitas de Serviço	29
Nota 12 – Receita de Contribuições.....	30
Nota 13 – Receitas Patrimoniais	30
Nota 14 – Receita de Operações de Crédito	30
Nota 15 – Despesa Orçamentária	31
Nota 16 – Despesa com Pessoal	31
Nota 17 – Outras Despesas Correntes	32
Nota 18 – Despesa de Investimento	33
Nota 19 – Despesas de Inversões Financeiras	33
Nota 20 – Restos a Pagar Não Processados	33
Nota 21 - Demonstração das Variações Patrimoniais	34
Nota 22 - Projeções de Despesas com Militares Inativos	35

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

1. Balanço Patrimonial

R\$

ATIVO	NE	Dez/2018	Dez/2017
ATIVO CIRCULANTE		33.972.160.655,09	25.487.138.778,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	21.890.028.700,02	14.625.416.418,79
Créditos a Curto Prazo		242.678.791,43	239.931.377,45
Clientes		66.553.932,44	59.636.390,21
Créditos de Transferências a Receber			30.000,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		182.521.561,32	186.868.721,09
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-6.396.702,33	-6.603.733,85
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>2</u>	1.173.430.987,06	539.759.719,65
Estoques		10.665.992.565,35	10.077.247.322,64
VPDs Pagas Antecipadamente		29.611,23	4.783.940,15
ATIVO NÃO CIRCULANTE		298.715.076.539,15	295.919.540.101,23
Ativo Realizável a Longo Prazo		744.769.324,00	613.830.876,77
Créditos a Longo Prazo		588.737.462,89	532.661.919,44
Clientes		705.594,67	279.701,38
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		588.031.868,22	532.382.218,06
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		156.031.861,11	81.168.957,33
Investimentos	<u>3</u>	2.302.641,70	2.349.077,87
Participações Permanentes		2.002.938,21	2.002.938,21
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		2.002.938,21	2.002.938,21
Propriedades para Investimento		299.703,49	299.703,49
Propriedades para Investimento		299.703,49	299.703,49
Demais Investimentos Permanentes		-	46.436,17
Demais Investimentos Permanentes		-	46.436,17
Imobilizado	<u>4</u>	297.029.827.120,40	294.573.251.589,65
Bens Móveis		68.478.275.787,69	61.459.885.362,02
Bens Móveis		74.276.909.679,91	66.171.925.199,02
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-5.615.095.480,42	-4.537.141.664,43
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-183.538.411,80	-174.898.172,57
Bens Imóveis		228.551.551.332,71	233.113.366.227,63
Bens Imóveis		229.760.417.105,79	233.958.538.813,26
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.208.865.773,08	-845.172.585,63
Intangível	<u>5</u>	938.177.453,05	730.108.556,94
Softwares		293.725.307,61	123.493.300,04
Softwares		315.183.410,79	133.844.681,87
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-21.454.336,68	-10.351.381,83
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-3.766,50	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		642.727.052,03	604.890.163,49
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		704.963.660,44	630.565.344,70
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-62.236.608,41	-25.675.181,21
Direitos de Uso de Imóveis		1.725.093,41	1.725.093,41
Direitos de Uso de Imóveis		1.725.093,41	1.725.093,41
TOTAL DO ATIVO		332.687.237.194,24	321.406.678.879,91

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	Dez/2018	Dez/2017
PASSIVO CIRCULANTE		8.113.640.802,10	2.246.600.663,87
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>6</u>	4.747.242.834,65	146.275.685,67
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		1.315.735.724,73	1.155.184.965,04
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>7</u>	623.929.016,36	445.526.299,13
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		4.280,25	5.117,37
Provisões a Curto Prazo	<u>8</u>	40.231.675,83	43.605.894,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		1.386.497.270,28	456.002.702,66
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		135.148.499.867,79	126.398.550.554,36
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		2.525.267,01	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		9.459.584.188,85	7.739.702.364,95
Provisões a Longo Prazo		125.683.297.419,00	118.657.472.614,44
Demais Obrigações a Longo Prazo		3.092.992,93	1.375.574,97
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		143.262.140.669,89	128.645.151.218,23
Patrimônio Social e Capital Social		378.513.599,55	378.513.599,55
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	359.287,49
Reservas de Lucros		75.807.626,15	-
Demais Reservas		29.436.282,53	29.436.282,53
Resultados Acumulados		188.941.339.016,12	192.353.218.492,11
Resultado do Exercício		-5.532.424.966,98	10.677.121.979,27
Resultados de Exercícios Anteriores		194.366.835.738,83	300.606.668.595,31
Ajustes de Exercícios Anteriores		106.928.244,27	-118.930.572.082,47
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		189.425.096.524,35	192.761.527.661,68
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		332.687.237.194,24	321.406.678.879,91

Fonte: Siafi 2018, 2017

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Dez/2018	Dez/2017	ESPECIFICAÇÃO	Dez/2018	Dez/2017
ATIVO FINANCEIRO	21.963.114.561,60	14.669.202.559,79	PASSIVO FINANCEIRO	13.932.765.785,53	7.500.542.585,73
ATIVO PERMANENTE	310.724.122.632,64	306.737.476.320,12	PASSIVO PERMANENTE	136.709.165.311,73	127.760.758.733,41
SALDO PATRIMONIAL				182.045.306.096,98	186.145.377.560,77

Fonte: Siafi 2018, 2017

Quadro das Contas de Compensação

R\$

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2018	Dez/2017
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Execução dos Atos Potenciais Ativos		57.981.861.315,31	53.341.064.068,47
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		30.127.307.932,82	26.483.142.648,16
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		2.523.085.927,58	1.762.114.055,03
Direitos Contratuais a Executar		25.331.467.454,91	25.095.807.365,28
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		57.981.861.315,31	53.341.064.068,47
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Execução dos Atos Potenciais Passivos		78.735.575.501,28	75.129.860.613,16
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		775.457,76	914.932,99
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		1.609.847.920,27	1.281.504.302,66
Obrigações Contratuais a Executar	<u>9</u>	77.124.952.123,25	73.847.441.377,51
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		78.735.575.501,28	75.129.860.613,16

Fonte: Siafi 2018, 2017

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.990.929.270,29
Recursos Vinculados	11.021.278.046,36
Educação	613.728,10
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-88.007.639,24
Recursos de Receitas Financeiras	-183.101.527,19
Operação de Crédito	-559.069.884,85
Alienação de Bens e Direitos	32.189.672,83
Doações	128.112,49
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	11.083.093.582,15
Outros Recursos Vinculados a Fundos	735.432.002,07
TOTAL	8.030.348.776,07

Fonte: Siafi 2018, 2017

2. Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2018	Dez/2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	21	433.452.040.936,03	352.471.684.583,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		67.361.375,19	43.737.370,21
Contribuições		3.497.817.178,73	3.234.818.896,29
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		3.698.563.061,99	3.286.409.219,90
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		12.148.030.915,85	3.819.516.569,73
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		75.577.403,83	74.284.886,29
Juros e Encargos de Mora		36.645.746,70	4.953.932,45
Variações Monetárias e Cambiais		10.463.169.686,42	2.696.316.151,74
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.572.637.622,59	1.043.946.237,80
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		456,31	15.361,45
Transferências e Delegações Recebidas		396.354.248.373,89	328.340.703.263,18
Transferências Intragovernamentais		314.272.313.475,77	280.538.147.457,47
Transferências Intergovernamentais		29.049.071,44	33.902.049,13
Transferências das Instituições Privadas		67.919,00	33.627.829,79
Transferências de Pessoas Físicas		818.580,29	766.469,54
Outras Transferências e Delegações Recebidas		82.051.999.327,39	47.734.259.457,25
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		15.708.383.463,18	11.902.559.514,11
Reavaliação de Ativos		12.265.621.195,51	8.490.564.581,15
Ganhos com Alienação		25.698.432,55	33.530.493,35
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.644.481.608,93	2.707.131.201,24
Ganhos com Desincorporação de Passivos		772.582.226,19	671.333.238,37
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.977.636.567,20	1.843.939.749,59
Resultado Positivo de Participações		83.792,53	633.072,23
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		12.358.151,97	23.799.115,32
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.965.194.622,70	1.819.507.562,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	21	438.984.465.902,92	341.794.562.603,82
Pessoal e Encargos		30.199.304.825,27	28.902.761.980,05
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		48.460.357.803,18	44.271.334.699,91
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		12.494.223.548,65	11.817.485.636,51
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		12.144.070.394,40	3.543.249.502,96
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		533.859.679,90	412.436.995,92
Juros e Encargos de Mora		212.411,50	769.204,76
Variações Monetárias e Cambiais		11.608.497.032,44	3.128.559.069,48
Descontos Financeiros Concedidos		1.501.270,56	1.484.232,80

Transferências e Delegações Concedidas		307.120.003.739,01	245.873.660.844,97
Transferências Intragovernamentais		225.069.351.477,53	198.122.572.813,85
Transferências Intergovernamentais		533.301.990,50	242.726.423,91
Transferências a Instituições Privadas		-	9.447.408,09
Outras Transferências e Delegações Concedidas		81.517.350.270,98	47.498.914.199,12
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		21.287.230.410,85	7.111.502.927,67
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		16.303.293.204,79	2.238.910.645,25
Perdas com Alienação		39.679.891,85	181.669.274,20
Perdas Involuntárias		291.381.802,75	347.196.047,73
Incorporação de Passivos		2.079.578.473,35	1.710.002.219,64
Desincorporação de Ativos		2.573.297.038,11	2.633.724.740,85
Tributárias		79.583.527,57	83.721.043,80
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		4.888.927,12	11.373.100,46
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		7.194.802.726,87	179.472.867,49
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-5.532.424.966,89	10.677.121.979,19

Fonte: Siafi 2018, 2017

3. Balanço Orçamentário

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	10	9.671.702.396,00	9.671.702.396,00	9.213.631.924,11	-458.070.471,89
Receitas Tributárias		27.740.634,00	27.740.634,00	48.037.250,93	20.296.616,93
Taxas		27.740.634,00	27.740.634,00	48.037.250,93	20.296.616,93
Receitas de Contribuições	12	2.297.333.629,00	2.297.333.629,00	2.509.031.884,28	211.698.255,28
Contribuições Sociais		2.261.723.483,00	2.261.723.483,00	2.456.369.220,03	194.645.737,03
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		35.610.146,00	35.610.146,00	52.662.664,25	17.052.518,25
Receita Patrimonial	13	2.588.409.578,00	2.588.409.578,00	1.607.609.494,60	-980.800.083,40
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		255.091.040,00	255.091.040,00	236.486.299,43	-18.604.740,57
Valores Mobiliários		873.029.081,00	873.029.081,00	1.059.236.572,04	186.207.491,04
Exploração de Recursos Naturais		1.216.169.180,00	1.216.169.180,00	-	-1.216.169.180,00
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	15.913,46	15.913,46
Cessão de Direitos		244.120.277,00	244.120.277,00	311.870.709,67	67.750.432,67
Receita Industrial		80.865.604,00	80.865.604,00	134.455.168,99	53.589.564,99
Receitas de Serviços	11	4.449.467.027,00	4.449.467.027,00	4.737.895.712,32	288.428.685,32
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		179.989.999,00	179.989.999,00	174.757.705,42	-5.232.293,58
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		2.422.557.824,00	2.422.557.824,00	2.660.702.484,27	238.144.660,27
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		1.745.368.587,00	1.745.368.587,00	1.813.754.755,91	68.386.168,91
Serviços e Atividades Financeiras		86.340.917,00	86.340.917,00	73.894.329,11	-12.446.587,89
Outros Serviços		15.209.700,00	15.209.700,00	14.786.437,61	-423.262,39
Transferências Correntes		73.593.708,00	73.593.708,00	29.935.570,73	-43.658.137,27
Outras Receitas Correntes		154.292.216,00	154.292.216,00	146.666.842,26	-7.625.373,74
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		13.933.910,00	13.933.910,00	11.231.508,94	-2.702.401,06
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		28.301.642,00	28.301.642,00	33.012.580,00	4.710.938,00
Demais Receitas Correntes		112.056.664,00	112.056.664,00	102.422.753,32	-9.633.910,68
RECEITAS DE CAPITAL	10	2.100.333.039,00	2.100.333.039,00	2.672.084.313,22	571.751.274,22
Operações de Crédito	14	1.844.665.184,00	1.844.665.184,00	2.450.134.615,85	605.469.431,85
Operações de Crédito - Mercado Externo		1.844.665.184,00	1.844.665.184,00	2.450.134.615,85	605.469.431,85
Alienação de Bens		25.804.995,00	25.804.995,00	29.512.624,18	3.707.629,18
Alienação de Bens Móveis		18.350.833,00	18.350.833,00	24.890.470,18	6.539.637,18

Alienação de Bens Imóveis		7.454.162,00	7.454.162,00	4.622.154,00	-2.832.008,00
Amortização de Empréstimos		162.199.109,00	162.199.109,00	192.437.073,19	30.237.964,19
Transferências de Capital		67.663.751,00	67.663.751,00	-	-67.663.751,00
SUBTOTAL DE RECEITAS		11.772.035.435,00	11.772.035.435,00	11.885.716.237,33	113.680.802,33
DEFICIT				92.818.057.631,37	92.818.057.631,37
TOTAL		11.772.035.435,00	11.772.035.435,00	104.703.773.868,70	92.931.738.433,70
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA					
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	1.396.945.259,00	1.396.945.259,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	263.463.889,00	263.463.889,00	-

Fonte: Siafi 2018, 2017

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	15	87.717.676.806,00	90.298.506.822,95	90.671.624.303,78	87.721.189.162,18	82.484.460.658,06	-373.117.480,83
Pessoal e Encargos Sociais	16	74.734.459.237,00	76.653.994.505,00	76.018.760.936,84	76.018.573.236,05	71.218.060.358,81	635.233.568,16
Juros e Encargos da Dívida		522.437.927,00	522.437.927,00	468.962.916,18	467.875.557,07	467.875.557,07	53.475.010,82
Outras Despesas Correntes	17	12.460.779.642,00	13.122.074.390,95	14.183.900.450,76	11.234.740.369,06	10.798.524.742,18	1.061.826.059,81
DESPESAS DE CAPITAL	15	11.958.218.459,00	11.817.653.136,69	12.672.048.273,46	9.682.158.979,97	8.912.564.671,49	-854.395.136,77
Investimentos	18	7.641.011.434,00	8.539.147.252,00	9.534.936.624,34	6.594.122.374,00	6.241.706.975,32	-995.789.372,34
Inversões Financeiras	19	2.751.617.093,00	3.126.117.093,00	3.121.275.823,12	3.074.605.238,27	2.657.426.328,47	4.841.269,88
Amortização da Dívida		1.565.589.932,00	152.388.791,69	15.835.826,00	13.431.367,70	13.431.367,70	136.552.965,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.223.182.404,00	1.220.896.174,00	-	-	-	1.220.896.174,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		100.899.077.669,00	103.337.056.133,64	103.343.672.577,24	97.403.348.142,15	91.397.025.329,55	-6.616.443,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO							
Amortização da Dívida Interna		-	1.413.201.140,31	1.360.101.291,46	1.360.101.291,46	1.360.101.291,46	53.099.848,85
Dívida Mobiliária		-	55.000,00	-	-	-	55.000,00
Amortização da Dívida Externa		-	1.413.146.140,31	1.360.101.291,46	1.360.101.291,46	1.360.101.291,46	53.044.848,85
Outras Dívidas		-	1.413.146.140,31	1.360.101.291,46	1.360.101.291,46	1.360.101.291,46	53.044.848,85
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		100.899.077.669,00	104.750.257.273,95	104.703.773.868,70	98.763.449.433,61	92.757.126.621,01	46.483.405,25
TOTAL		100.899.077.669,00	104.750.257.273,95	104.703.773.868,70	98.763.449.433,61	92.757.126.621,01	46.483.405,25

Fonte: Siafi2018, 2017

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EXERCÍCIOS ANTERIORES	31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESAS CORRENTES		277.019.896,90	2.857.622.277,07	2.599.411.023,22	2.584.497.373,45	128.326.342,31	421.818.458,21
Pessoal e Encargos Sociais		236.142,23	163.715,10	100.453,90	100.453,90	259.539,08	39.864,35
Juros e Encargos da Dívida		-	975.641,22	959.371,48	959.371,48	-	16.269,74
Outras Despesas Correntes		276.783.754,67	2.856.482.920,75	2.598.351.197,84	2.583.437.548,07	128.066.803,23	421.762.324,12
DESPESAS DE CAPITAL		985.451.663,85	2.787.147.429,63	2.533.159.597,48	2.393.433.712,27	147.347.844,79	1.231.817.536,42
Investimentos		985.190.271,78	2.733.555.046,07	2.479.450.959,11	2.339.725.073,90	147.213.343,93	1.231.806.900,02
Inversões Financeiras		261.392,07	50.844.889,42	50.961.144,23	50.961.144,23	134.500,86	10.636,40
Amortização da Dívida		-	2.747.494,14	2.747.494,14	2.747.494,14	-	-
TOTAL	20	1.262.471.560,75	5.644.769.706,70	5.132.570.620,70	4.977.931.085,72	275.674.187,10	1.653.635.994,63

Fonte: Siafi 2018, 2017

Quadro de Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EXERCÍCIOS ANTERIORES	31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES		6.100.261,27	167.803.109,72	167.129.591,30	4.137.700,05	2.636.079,64
Pessoal e Encargos Sociais		-	3.172.993,75	3.153.477,38	19.516,37	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		6.100.261,27	164.630.115,97	163.976.113,92	4.118.183,68	2.636.079,64
DESPESAS DE CAPITAL		33.430.372,91	474.803.284,80	469.739.174,64	4.673.713,74	33.820.769,33
Investimentos		33.430.372,91	259.803.003,15	254.738.892,99	4.673.713,74	33.820.769,33
Inversões Financeiras		-	215.000.281,65	215.000.281,65	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		39.530.634,18	642.606.394,52	636.868.765,94	8.811.413,79	36.456.848,97

Fonte: Siafi 2018, 2017

4. Balanço Financeiro

R\$

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2018	Dez/2017
INGRESSOS			
Receitas Orçamentárias		11.885.716.237,33	12.551.250.887,04
Ordinárias		12.541.440,26	1.055.105.484,12
Vinculadas		12.038.256.439,66	11.730.388.739,16
Seguridade Social (Exceto RGPS)		2.329.179.670,56	2.154.476.248,84
Operação de Crédito		2.450.709.924,70	2.749.168.522,46
Alienação de Bens e Direitos		30.834.910,65	44.218.548,66
Doações		856.499,29	958.649,70
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		6.995.119.856,72	6.580.437.666,43
Outros Recursos Vinculados a Fundos		231.555.577,74	201.129.103,07
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-165.081.642,59	-234.243.336,24
Transferências Financeiras Recebidas		297.930.446.689,58	270.451.402.217,98
Resultantes da Execução Orçamentária		281.959.475.277,93	256.354.805.778,97
Cota Recebida		91.755.027.178,46	82.037.757.864,29
Repasso Recebido		97.353.348.925,78	87.578.947.698,13
Sub-repasso Recebido		92.821.252.515,75	86.733.276.439,62
Repasso Devolvido		16.865.982,50	3.424.508,74
Sub-repasso Devolvido		12.980.675,44	1.399.268,19
Independentes da Execução Orçamentária		15.970.971.411,65	14.096.596.439,01
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		10.128.775.311,55	8.203.026.804,09
Demais Transferências Recebidas		33.096.586,11	4.261.576,05
Movimentação de Saldos Patrimoniais		5.754.258.076,56	5.288.920.234,83
Movimentações para Incorporação de Saldos		54.841.437,43	600.387.824,04
Recebimentos Extraorçamentários		16.801.879.430,58	9.085.765.303,67
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		6.006.322.812,60	548.227.301,84
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		5.940.324.435,09	5.469.243.972,54
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.299.983.710,85	2.868.132.472,85
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.555.248.472,04	200.161.556,44
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			9.987,13
Restituições a Pagar		1.102,05	
Passivos Transferidos		0,41	49.851,74
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2.530,69	
Arrecadação de Outra Unidade		1.085.434.589,73	
Varição Cambial		7.222.208,33	4.836.009,19

Ajuste Acumulado de Conversão		279.139.442,85	112.029.991,37
Demais Recebimentos		183.448.597,98	83.235.717,01
Saldo do Exercício Anterior		14.625.416.418,79	13.331.253.972,71
Caixa e Equivalentes de Caixa		14.625.416.418,79	13.331.253.972,71
TOTAL		341.243.458.776,28	305.419.672.381,40

Fonte: Siafi 2018, 2017

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2018	Dez/2017
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias		104.703.773.868,70	94.997.698.896,87
Ordinárias		86.948.762.055,84	40.265.484.913,31
Vinculadas		17.755.011.812,86	54.732.213.983,56
Educação			9.349.479,71
Seguridade Social (Exceto RGPS)		2.820.035.429,65	5.576.861.147,38
Recursos de Receitas Financeiras		2.062.314,15	-
Operação de Crédito		4.674.560.032,72	43.485.280.916,88
Alienação de Bens e Direitos		22.971.402,01	12.419.533,07
Doações		769.939,97	1.703.739,09
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		10.119.997.376,44	5.547.516.699,27
Outros Recursos Vinculados a Fundos		114.615.317,92	99.082.468,16
Transferências Financeiras Concedidas		205.840.370.808,58	187.820.785.943,48
Resultantes da Execução Orçamentária		189.070.517.286,01	173.007.871.206,77
Repasso Concedido		96.159.761.209,60	86.171.888.836,94
Sub-repasso Concedido		92.821.252.515,79	86.733.276.439,58
Cota Devolvida		59.656.902,68	97.882.153,32
Repasso Devolvido		16.865.982,50	3.424.508,74
Sub-repasso Devolvido		12.980.675,44	1.399.268,19
Independentes da Execução Orçamentária		16.769.853.522,57	14.812.914.736,71
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		7.267.490.203,12	5.584.930.053,35
Demais Transferências Concedidas		39.503.260,95	5.220.586,26
Movimento de Saldos Patrimoniais		9.408.018.621,07	8.622.376.273,06
Movimentações para Incorporação de Saldos		54.841.437,43	600.387.824,04
Despesas Extraorçamentárias		8.809.285.398,98	7.975.771.122,26
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		636.868.765,94	441.242.834,24
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		4.977.931.085,72	4.438.297.522,24
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.140.964.048,89	2.877.452.738,68
Outros Pagamentos Extraorçamentários		53.521.498,43	218.778.027,10
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		16.181,51	
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			11.406,62
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade			65.395.081,56
Variação Cambial		31.443.949,62	111.780.599,71
Valores Compensados			1.510,51
Valores em Trânsito		22.061.367,30	41.589.428,70
Saldo para o Exercício Seguinte		21.890.028.700,02	14.625.416.418,79
Caixa e Equivalentes de Caixa		21.890.028.700,02	14.625.416.418,79
TOTAL		341.243.458.776,28	305.419.672.381,40

Fonte: Siafi 2018, 2017

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

R\$

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2018	Dez/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		17.394.953.206,60	7.863.279.808,71
INGRESSOS		311.999.310.796,58	283.109.603.919,23
Receitas Derivadas e Originárias		9.183.696.353,38	9.521.490.982,06
Receita Tributária		48.037.250,93	44.704.106,89
Receita de Contribuições		2.509.031.884,28	3.295.009.136,70
Receita Patrimonial		548.456.715,09	526.095.258,87
Receita Industrial		134.455.168,99	102.462.929,98
Receita de Serviços		4.737.895.712,32	4.293.205.719,15
Remuneração das Disponibilidades		1.059.152.779,51	1.040.221.952,67
Outras Receitas Derivadas e Originárias		146.666.842,26	219.791.877,80
Transferências Correntes Recebidas		29.935.570,73	68.426.677,03
Intergovernamentais		20.940.563,28	23.831.332,83
Dos Estados e/ou Distrito Federal		13.316.004,56	17.399.658,98
Dos Municípios		7.624.558,72	6.431.673,85
Intragovernamentais		8.108.508,16	8.940.506,58
Outras Transferências Correntes Recebidas		886.499,29	35.654.837,62
Outros Ingressos das Operações		302.785.678.872,47	273.519.686.260,14
Ingressos Extraorçamentários		3.299.983.710,85	2.868.132.472,85
Restituições a Pagar		1.102,05	
Passivos Transferidos		0,41	49.851,74
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2.530,69	
Transferências Financeiras Recebidas		297.930.446.689,58	270.451.402.217,98
Arrecadação de Outra Unidade		1.085.434.589,73	
Variação Cambial		7.222.208,33	4.836.009,19
Ajuste Acumulado de Conversão		279.139.442,85	112.029.991,37
Demais Recebimentos		183.448.597,98	83.235.717,01
DESEMBOLSOS		-294.604.357.589,98	-275.246.324.110,52
Pessoal e Demais Despesas		-84.083.779.665,73	-83.109.406.418,35
Juros e Encargos da Dívida		-468.834.928,55	-372.141.835,40
Transferências Concedidas		-1.016.902.821,31	-847.759.147,51
Outros Desembolsos das Operações		-209.034.840.174,39	-190.917.016.709,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-11.204.195.387,92	-8.110.763.322,87
INGRESSOS		221.949.697,37	212.298.874,97
Alienação de Bens		29.512.624,18	43.030.650,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		192.437.073,19	169.268.224,97
DESEMBOLSOS		-11.426.145.085,29	-8.323.062.197,84
Aquisição de Ativo Não Circulante		-8.246.193.343,18	-4.052.416.648,17
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-235.245.481,51	-250.991.334,01
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.944.706.260,60	-4.019.654.215,66
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.073.854.462,55	1.541.645.960,24
INGRESSOS		2.450.134.615,85	2.749.034.352,98
Operações de Crédito		2.450.134.615,85	2.749.164.681,55
Transferências de Capital Recebidas		-	-130.328,57
DESEMBOLSOS		-1.376.280.153,30	-1.207.388.392,74
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-1.376.280.153,30	-1.207.388.392,74
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.264.612.281,23	1.294.162.446,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		14.625.416.418,79	13.331.253.972,71
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		21.890.028.700,02	14.625.416.418,79

Fonte: Siafi 2018, 2017

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis

1.1 Informações Gerais

O Ministério da Defesa é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica. Está inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o número 03.277.610.0001/25 e está localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco Q – Edifício Sede.

Missão

Coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.

Visão

Ser reconhecido pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional como órgão de Estado efetivamente integrador da segurança e da defesa nacionais, dispondo de Forças Armadas modernas e compatíveis com a estrutura político-estratégica do Brasil.

A Medida Provisória nº 870, de 01/01/2019, em seu artigo 27, estabeleceu a área de competência do MD:

- I - política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional;
- II - políticas e estratégias setoriais de defesa e militares;
- III - doutrina, planejamento, organização, preparo e emprego conjunto e singular das Forças Armadas;
- IV - projetos especiais de interesse da defesa nacional;
- V - inteligência estratégica e operacional no interesse da defesa;
- VI - operações militares das Forças Armadas;
- VII - relacionamento internacional de defesa;
- VIII - orçamento de defesa;
- IX - legislação de defesa e militar;
- X - política de mobilização nacional;
- XI - política de ensino de defesa;
- XII - política de ciência, tecnologia e inovação de defesa;
- XIII - política de comunicação social de defesa;
- XIV - política de remuneração dos militares e de seus pensionistas;
- XV - política nacional:
 - a) de indústria de defesa, abrangida a produção;
 - b) de compra, contratação e desenvolvimento de produtos de defesa, abrangidas as atividades de compensação tecnológica, industrial e comercial;
 - c) de inteligência comercial de produtos de defesa; e
 - d) de controle da exportação e importação de produtos de defesa e em áreas de interesse da defesa;
- XVI - atuação das Forças Armadas, quando couber:

- a) na garantia da lei e da ordem, com vistas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- b) na garantia da votação e da apuração eleitoral; e
- c) na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais;
- XVII - logística de defesa;
- XVIII - serviço militar;
- XIX - assistência à saúde, social e religiosa das Forças Armadas;
- XX - constituição, organização, efetivos, adestramento e aprestamento das forças navais, terrestres e aéreas;
- XXI - política marítima nacional;
- XXII - segurança da navegação aérea e do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar;
- XXIII - patrimônio imobiliário administrado pelas Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas ao Ministério da Economia;
- XXIV - política militar aeronáutica e atuação na política aeroespacial nacional;
- XXV - infraestrutura aeroespacial e aeronáutica; e
- XXVI - operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia.

O mesmo texto legal, em seu artigo 28, definiu a estrutura básica do MD:

- I - o Conselho Militar de Defesa;
- II - o Comando da Marinha;
- III - o Comando do Exército;
- IV - o Comando da Aeronáutica;
- V - o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
- VI - a Secretaria-Geral;
- VII - a Escola Superior de Guerra;
- VIII - o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia;
- IX - o Hospital das Forças Armadas;
- X - a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa;
- XI - o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia;
- XII - até três Secretarias; e
- XIII - um órgão de controle interno.

O Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, aprovou a estrutura regimental do MD.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa – DCON são constituídas pelo Balanço Patrimonial, pelo Balanço Orçamentário, pelo Balanço Financeiro, pela Demonstração das Variações Patrimoniais e pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, e Notas Explicativas. As DCON foram emitidas a nível de consolidação de Órgão Superior e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG's) e órgãos subordinados constantes da tabela abaixo:

UG's Executoras do Ministério da Defesa:

110402	Escola Superior de Guerra	ESG
110404	Departamento de Administração Interna	DEADI
110406	Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa	RBJID
110407	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças	DEORF
110511	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	CENSIPAM
110572	Centro Regional de Porto Velho	CR/PV
110573	Centro Regional de Manaus	CR/AM
110586	Centro Regional de Belém	CR/BL
110594	Departamento do Programa Calha Norte	DPCN
111415	Fundo do Ministério da Defesa	FMD
112408	Hospital das Forças Armadas	HFA
113413	Fundo do Serviço Militar	FSM

Órgãos subordinados ao Ministério da Defesa:

52111	Comando da Aeronáutica
52121	Comando do Exército
52131	Comando da Marinha

1.2 Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; do Decreto nº 93.872/1986; da Lei nº 10.180/2001; e da Lei Complementar nº 101/2000 e abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP do Conselho Federal de Contabilidade - CFC; e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e no Manual SIAFI, ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

No contexto do processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP às *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC publicou, até dezembro de 2018, as seguintes normas:

NBC	Nome da Norma	Correlação IFAC	Vigência
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework	01/01/2017
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23	01/01/2017
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9	01/01/2017
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19	01/01/2017
NBC TSP 04	Estoques	IPSAS 12	01/01/2017
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32	01/01/2017
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento	IPSAS 16	01/01/2019
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado	IPSAS 17	01/01/2019
NBC TSP 08	Ativo Intangível	IPSAS 31	01/01/2019
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21	01/01/2019
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26	01/01/2019
NBC TSP 11	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1	01/01/2019
NBC TSP 12	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2	01/01/2019

NBC	Nome da Norma	Correlação IFAC	Vigência
NBC TSP 13	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24	01/01/2019
NBC TSP 14	Custos de Empréstimos	IPSAS 5	01/01/2019
NBC TSP 15	Benefícios a Empregados	IPSAS 39	01/01/2019
NBC TSP 16	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34	01/01/2021
NBC TSP 17	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35	01/01/2021
NBC TSP 18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36	01/01/2021
NBC TSP 19	Acordos em Conjunto	IPSAS 37	01/01/2021
NBC TSP 20	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38	01/01/2021
NBC TSP 21	Combinações No Setor Público	IPSAS 40	01/01/2021
NBC T 16.6 R1	Demonstrações Contábeis (revogada a partir de 1º/1/19)	não há	Até 31/12/2018
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis (revogada a partir de 1º/1/21)	não há	Até 31/12/2020
NBC T 16.8	Controle Interno (revogada a partir de 1º/1/19)	não há	Até 31/12/2018
NBC T 16.9	Depreciação, Amortização e Exaustão (revogada a partir de 1º/1/19)	não há	Até 31/12/2018
NBC T 16.10	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público (revogada a partir de 1º/1/19)	não há	Até 31/12/2018
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	não há	01/01/2012

As Notas Explicativas ora apresentadas são parte integrante das demonstrações contábeis e buscam esclarecer e detalhar as informações, sendo peças fundamentais para uma melhor compreensão e análise das demonstrações contábeis.

1.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, é exigido que o órgão faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais estimativas e premissas estão relacionadas a seguir:

- Imobilizado: a partir de 2010 a vida útil econômica dos bens do imobilizado foi definida conforme estabelecido na Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão de bens na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, do Manual Siafi.
- Provisão para Contingências: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, apontando as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. A Nota Explicativa nº 8 detalha as principais premissas utilizadas.

2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Ministério da Defesa obedecem às opções e premissas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, conforme a seguir:

2.1 Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Órgão atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Órgão e, também, a sua moeda de apresentação, podendo ocorrer variações dos saldos de algumas contas contábeis, decorrentes da taxa de câmbio vigente, durante a conversão dos valores registrados em moeda estrangeira para a moeda funcional no período.

2.2 Disponibilidades

As disponibilidades do órgão estão mensuradas pelo valor original, uma vez feita a apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

2.3 Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com: créditos por dano ao patrimônio, empréstimos e financiamentos concedidos e adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

2.4 Estoques

Estes são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques utilizados pelo órgão é o Custo Médio Ponderado.

2.5 Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos de atualizações e correções monetárias.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SPU). O SPIUnet está integrado com o Siafi para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

2.7 Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

2.8 Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, disponível no sítio da STN, e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

Para o cálculo da depreciação dos bens móveis, a vida útil econômica dos bens é estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta 1.2.3.1.0.00.00 - Bens Móveis. A depreciação é realizada pelo Método das Quotas Constantes, tendo por base o custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal), com as taxas calculadas a partir do valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item nº 6, da referida Macrofunção. Em resumo:

- ⇒ Método de Depreciação: Método das Quotas Constantes, conforme o item nº 7.2 da Macrofunção;
- ⇒ Taxas de Depreciação: Foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item nº 6, da Macrofunção;
- ⇒ Base da Depreciação: Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI; e
- ⇒ Impacto no Patrimônio: A partir da depreciação, este sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos com o registro de uma Variação Patrimonial Diminutiva – VPD de natureza extra-orçamentária.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das autarquias e das fundações públicas federais deverão ser reavaliados: aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; e aqueles em que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido, e, também, caso seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e as características específicas dos imóveis e os preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

O Ministério da Defesa segue a metodologia para reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor dos ativos conforme as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil econômica dos bens imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema do Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUnet.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

2.9 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo.

2.10 Provisões

Os procedimentos contábeis aplicados às provisões têm como base legal a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. O valor reconhecido como provisão refere-se a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis, correspondendo ao que a entidade racionalmente pagaria para, na data das demonstrações contábeis, liquidar a obrigação ou para transferi-la a um terceiro.

As estimativas dos resultados e efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de casos similares e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

As provisões são reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

A rubrica de Caixa e Equivalente de Caixa apresentou crescimento de 49,67%, com a seguinte distribuição por órgão:

Tabela 01 - Caixa e Equivalente de Caixa - Por Órgão R\$

	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)	AV (%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	8.445.385.018,10	2.552.344.920,48	230,89	38,58
52131 - COMANDO DA MARINHA	7.881.595.363,33	6.966.073.233,56	13,14	36,01
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	3.650.436.378,43	3.356.211.965,92	8,77	16,68
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	1.912.611.940,21	1.750.786.298,78	9,24	8,74
Total	21.890.028.700,08	14.625.416.418,74	49,67	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Da distribuição entre os órgãos, o Órgão 52000 – Ministério da Defesa foi o que apresentou o maior saldo no exercício 2018 (38,58%) e a maior variação na comparação entre dezembro de 2018 e dezembro de 2017 (230,89%).

A composição desta rubrica é apresentada na Tabela 02:

Tabela 02 - Caixa e Equivalente de Caixa - Composição R\$

	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)	AV (%)
CDB	6.073.491.440,43	6.024.776.954,08	0,81	27,75
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	5.107.754.506,63	-	-	23,33
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	3.147.903.660,49	2.256.936.492,35	39,48	14,38
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	1.892.418.323,56	1.498.891.517,21	26,25	8,65
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1.763.895.841,92	1.332.787.146,19	32,35	8,06
FUNDO DE APLICACAO - EXTRAMERCADO	1.400.043.422,68	1.282.451.501,21	9,17	6,40
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1.261.187.591,14	1.128.842.622,58	11,72	5,76
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	468.470.396,26	400.512.967,91	16,97	2,14
POUPANCA	340.777.719,48	279.530.662,06	21,91	1,56
OUTRAS APLIC FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	298.051.378,88	280.774.463,09	6,15	1,36
APLIC FINANC LIQUIDEZ IMED - MOEDA ESTRANG	123.240.892,67	130.666.000,00	-5,68	0,56
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.843.575,67	3.415.873,21	71,07	0,03
CAIXA - MOEDA ESTRANGEIRA	5.756.805,53	4.729.920,15	21,71	0,03
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	1.047.120,08	1.047.120,08	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS LOCAIS EXTERIOR	146.024,67	53.178,61	174,59	0,00
Total	21.890.028.700,08	14.625.416.418,74	49,67	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Os maiores montantes estão alocados nas contas “CDB” e “LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS”, sendo que a maior variação foi observada nesta última, tendo em vista a implementação de mudanças na rotina de pagamento por ordens bancárias, no final do exercício de 2018, realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que resultou em um saldo da ordem de R\$ 5,1 bi ao final do exercício.

Nota 2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo.

Tabela 03 - Demais Créditos e Valores CP por Órgão R\$

Órgão	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)	AV (%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	3.035.433,01	647.162,14	369,04	0,26
52131 - COMANDO DA MARINHA	303.837.043,28	243.626.753,15	24,71	25,89
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	343.944.141,59	290.346.234,89	18,46	29,31
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	522.614.369,18	5.139.569,49	10.068,45	44,54
Total	1.173.430.987,06	539.759.719,67	117,40	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Os Órgãos 52111 – Comando da Aeronáutica e 52121 – Comando do Exército apresentaram os saldos mais significativos (44,54% e 29,31%, respectivamente).

O Órgão 52111 – Comando da Aeronáutica foi o que apresentou variação percentual mais significativa no período (10.068,45%), sendo que a variação apresentada se refere, predominantemente, à rubrica “*Rendimentos de Aplicações por Competência*”. O valor constante desse item deve-se, basicamente, ao registro de apropriação de rendimentos por competência de aplicações financeiras com rendimentos pré-fixados, conforme determinado no item 3.3 da Macrofunção 02.03.47 – Aplicações Financeiras, da STN. A seguir, é apresentado o detalhamento da rubrica Demais Créditos e Valores a CP.

Tabela 04 - Demais Créditos e Valores CP R\$

	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)
Outros Créditos a Rec. e Valores a Curto Prazo	894.824.503,27	345.388.864,82	159,08
Adiantamentos Concedidos	337.757.384,22	258.746.756,20	30,54
Créditos por Danos ao Patrimônio	20.387.913,25	11.685.880,33	74,47
Tributos a Recuperar / Compensar	2.242.113,85	2.139.399,85	4,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.230.362,91	2.194.697,93	1,63
Ajuste p/ Perda Demais Cred/ Valor Curto Prazo	-84.011.290,44	-80.395.879,46	4,50
Total	1.173.430.987,06	539.759.719,67	117,40

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 05 - Demais Créditos e Valores CP - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Órgão R\$

	Dez/2018	AV (%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	2.253.832,14	0,25
52131 - COMANDO DA MARINHA	329.719.233,64	36,85
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	49.369.120,04	5,52
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	513.482.317,45	57,38
Total	894.824.503,27	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

A rubrica “*Outros Créditos a Rec. e Valores a Curto Prazo*” apresentou no período uma variação de 159,08%, com maior impacto no órgão 52111 – Comando da Aeronáutica, representando 57,38% do total do Órgão Máximo.

Tabela 06 - Demais Créditos e Valores CP - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Composição R\$

	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)	AV (%)
Rendimentos de Aplicações por Competência	513.481.769,27	0,00	-	57,38
Cred a Rec de Entidades Federais	307.309.618,25	301.610.909,50	1,89	34,34
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	71.299.154,52	42.451.214,01	67,96	7,97
Cred a Rec por Pagto Desp de Terceiros	2.218.519,75	613.877,58	261,39	0,25
Demais Créditos a Receber	515.441,48	712.863,73	-27,69	0,06
Total	894.824.503,27	345.388.864,82	159,08	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Na rubrica “*Outros Créditos a Rec. e Valores a Curto Prazo*”, o item mais relevante refere-se a “*Rendimentos de Aplicações por Competência*”, que representa 57,38% do total, proveniente do registro de apropriação de rendimentos por competência de aplicações financeiras com rendimentos pré-fixados realizados pelo Comando da Aeronáutica, conforme citado anteriormente.

Nota 3 – Investimentos

Os investimentos no Órgão Superior 52000 – Ministério da Defesa estão registrados na Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, empresa pública dependente, vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército, sendo composto por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

Tabela 7 - Investimentos - Composição

	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)	AV (%)
Participações Permanentes	2.002.938,21	2.002.938,21	0,00	86,98%
Propriedades para Investimento	299.703,49	299.703,49	0,00	13,02%
Demais Investimentos	0,00	46.436,17	-100,00	0,00%
Total	2.302.641,70	2.349.077,87		100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

As participações permanentes representam os investimentos realizados na Companhia Brasileira de Cartuchos, pelo órgão IMBEL. A redução total da conta Demais Investimentos Permanentes, integralmente relacionados à Fundação Osório, ocorreu em virtude de baixa por perda.

Nota 4 - Imobilizado

O Imobilizado do Ministério da Defesa está segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. No trimestre em análise, os itens Bens Móveis e Bens Imóveis apresentaram variações de 11,42% e -1,96%, respectivamente, em relação a 31/12/2017.

Imobilizado – Composição

Tabela 8 - Imobilizado por Órgão

	dez/2018		dez/2017		R\$
	Bens Móveis	Bens Imóveis	Bens Móveis	Bens Imóveis	
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	168.690.790,85	484.152.453,42	181.742.338,46	486.519.335,89	
52131 - COMANDO DA MARINHA	25.986.057.833,61	48.800.459.447,88	25.365.137.043,67	38.559.260.114,36	
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	13.344.071.695,70	95.484.950.807,22	12.556.006.738,99	111.040.584.836,81	
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	28.979.455.467,45	83.781.988.624,20	23.356.999.240,98	83.027.001.940,57	
Total	68.478.275.787,61	228.551.551.332,72	61.459.885.362,10	233.113.366.227,63	

Fonte: Tesouro Gerencial

Bens Móveis

Tabela 9 - Bens Móveis por Órgão

	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	168.690.790,85	181.742.338,46	-7,18	0,25
52131 - COMANDO DA MARINHA	25.986.057.833,61	25.365.137.043,67	2,45	37,95
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	13.344.071.695,70	12.556.006.738,99	6,28	19,49
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	28.979.455.467,45	23.356.999.240,98	24,07	42,32
Total	68.478.275.787,61	61.459.885.362,10	11,42	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

O Comando da Aeronáutica é o órgão que apresenta maior valor registrado na rubrica de bens móveis, representando 42,32% do total. Ao detalhar a rubrica, depreende-se que os “Bens Móveis em Andamento” apresenta maior valor contábil registrado no Órgão Máximo MD, representando 50,12%, conforme a seguir:

Tabela 10 - Bens Móveis - Composição

	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)	AV (%)
Bens Móveis em Andamento	34.323.670.069,06	27.093.274.512,04	26,69	50,12
Veículos	21.084.454.874,45	19.416.494.786,49	8,59	30,79
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7.846.414.480,35	7.509.019.514,20	4,49	11,46
Bens Móveis em Almoxarife	4.351.802.320,82	4.345.280.466,99	0,15	6,36
Demais Bens Móveis	2.522.838.858,63	3.900.126.665,34	-35,31	3,68
Móveis e Utensílios	1.361.440.283,79	1.277.854.286,44	6,54	1,99
Bens de Informática	1.318.089.746,12	1.179.545.573,76	11,75	1,92
Armamentos	1.098.995.560,03	1.118.929.358,98	-1,78	1,60
Material Cultura, Educacional e de Comunicação	354.939.504,31	317.573.723,46	11,77	0,52
Semoventes	14.042.821,70	13.679.519,78	2,66	0,02
Peças e Conjuntos de Reposição	221.160,56	146.791,56	50,66	0,00
Depreciação Acumulada - Bens Móveis	-5.615.095.480,43	-4.537.141.664,41	23,76	-8,20

Tabela 10 - Bens Móveis - Composição

	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)	AV (%)
Redução Valor Recuperável de Imobilizado - Móveis	-183.538.411,80	-174.898.172,56	4,94	-0,27
Total	68.478.275.787,61	61.459.885.362,09	11,42	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

A variação significativa da rubrica Bens Móveis em Andamento, R\$ 7,23 bilhões em valores absolutos, refere-se em grande proporção aos projetos do Comando da Marinha, especificamente os lançamentos correspondentes à aquisição de máquinas e motores de navios e submarinos do Programa de Desenvolvimento do Submarino Nuclear, e ao andamento da execução orçamentária dos projetos da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – COPAC, no Comando da Aeronáutica.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis em 31/12/2018 totalizavam R\$ 228,55 bilhões e estão distribuídos conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 11 - Bens Imóveis por Órgão

	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	484.152.453,42	486.519.335,89	-0,49	0,21
52131 - COMANDO DA MARINHA	48.800.459.447,88	38.559.260.114,36	26,56	21,35
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	95.484.950.807,22	111.040.584.836,81	-14,01	41,78
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	83.781.988.624,20	83.027.001.940,57	0,91	36,66
Total	228.551.551.332,72	233.113.366.227,63	-1,96	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

O Comando do Exército é o órgão que apresenta maior valor registrado na rubrica de bens imóveis, seguido do Comando da Aeronáutica. Ao detalhar a rubrica, depreende-se que os “Bens de Uso Especial” apresenta maior valor contábil registrado, conforme a seguir:

Tabela 12 - Bens Imóveis - Composição

	R\$		
	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	220.233.156.641,09	224.344.117.727,05	-1,84
Bens Imóveis em Andamento	8.855.249.818,81	9.146.834.195,26	-3,19
Instalações	357.486.293,10	315.157.860,05	13,43
Demais Bens Imóveis	287.171.301,99	138.460.867,13	107,40
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	27.084.390,20	13.688.399,86	9,76
Bens de Uso Comum do Povo	268.660,60	276.013,90	97,86
Bens Dominicais	0,00	3.750,00	-2,66
Deprec./Acum./Amort. Acum. Bens Imóveis	-1.208.865.773,07	-845.172.585,63	43,03
Total	228.551.551.332,72	233.113.366.227,62	-1,96

Fonte: Tesouro Gerencial

Segue abaixo o detalhamento dos Bens de Uso Especial:

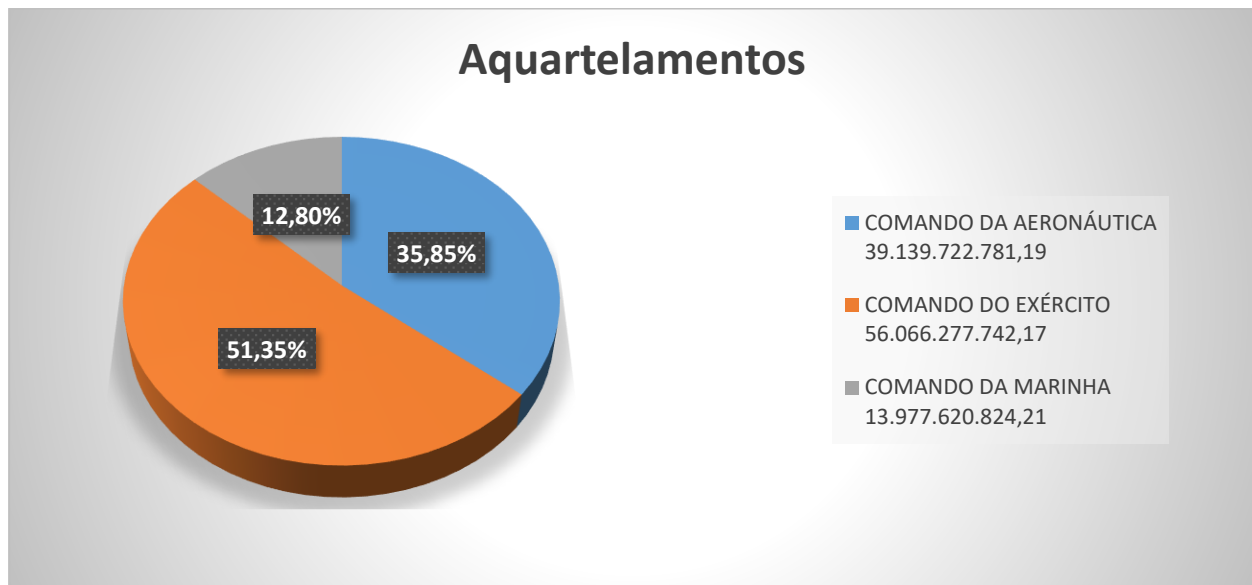
Tabela 13 - Bens Imóveis de Uso Especial - Composição

	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
Aquartelamentos	109.183.621.347,57	103.029.730.470,30	5,97	49,58
Terrenos, Glebas	47.872.628.080,43	62.557.155.977,31	-23,47	21,73
Aeroportos, Estações e Aeródromos	18.246.762.952,61	18.260.655.398,50	-0,08	8,28
Complexos, Fábricas e Usinas	15.427.400.495,05	15.397.929.777,21	0,19	7,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	14.758.434.155,96	13.165.249.544,22	12,10	6,70
Fazendas, Parques e Reservas	6.171.039.367,77	4.279.014.585,67	44,22	2,80
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	5.079.784.999,20	4.343.369.141,44	16,95	2,31
Edifícios	1.855.211.815,99	1.832.251.758,73	1,25	0,84
Imóveis de Uso Educacional	1.612.838.925,94	1.453.326.573,10	10,98	0,73
Unidade/Inst de Aquicultura/Psicicultura	24.870.500,57	24.870.500,57	0,00	0,01
= FAROIS	564.000,00	564.000,00	0,00	0,00

Tabela 13 - Bens Imóveis de Uso Especial - Composição

	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
Total	220.233.156.641,09	224.344.117.727,05	-1,83	100,00

No item Bens de Uso Especial o saldo mais relevante é o relativo a Aquartelamentos, representando no período o montante equivalente a 49,58% dos Bens Imóveis de Uso Especial. Conforme demonstrado no gráfico abaixo, o Comando do Exército é o órgão que possui maior registro na rubrica “Aquartelamentos”.



Considerando o 4º trimestre de 2018, foram realizadas reavaliações em Bens Imóveis de Uso Especial, em particular na rubrica de “Aquartelamento”, pelo Comando da Marinha, da ordem de R\$ 5,54 bilhões, contribuindo em grande proporção pela variação de 5,97% acima apresentada.

Entretanto, foi registrada no Comando do Exército uma desvalorização no montante de R\$ 15,63 bilhões, relativos à correção de avaliação de imóveis que haviam sido classificados como de natureza “urbana”, quando deveriam ser como “rural”, o que contribuiu para uma variação negativa de 23,47% na conta contábil de “Terrenos e Glebas”, apurada no período.

Nota 5 – Intangível

O Ativo Intangível, em 31/12/2018, totalizava R\$ 938,1 milhões e está distribuído nos Órgãos conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 14 -Intangível por Órgão

	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	501.772.503,85	538.082.227,25	-6,75	53,48
52131 - COMANDO DA MARINHA	166.095.516,12	89.619.084,70	85,33	17,70
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	99.993.750,50	94.720.382,36	5,57	10,66
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	170.315.682,56	7.686.862,63	2.115,67	18,15
Total	938.177.453,03	730.108.556,94	28,50	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

A composição por itens patrimoniais apresenta-se da seguinte forma:

Tabela 15 - Intangível - Composição

	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	640.476.578,04	630.533.449,70	1,58	68,27
Software com Vida Útil Indefinida	233.426.507,49	63.176.492,49	269,48	24,88
Software com Vida Útil Definida	81.756.903,29	70.668.189,38	15,69	8,71
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	64.487.082,40	31.895,00	202.085,55	6,87
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	1.725.093,41	1.725.093,41	0,00	0,18
Subtotal	1.021.872.164,62	766.135.119,98	33,38	108,92
Amortiz Acumulada/ Redução ao Valor Recuperável	-83.694.711,59	-36.026.563,04	132,31	-8,92
Total	938.177.453,03	730.108.556,94	28,50	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

No Intangível, destaca-se o título “Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Definida”, que representa cerca de 68,27% do grupo, ou seja, aproximadamente R\$ 640,4 milhões, conforme detalhamento a seguir.

Tabela 16 - Intangível - Marcas, Direitos e Patentes – Por Órgão

	R\$		
	Dez/2018		
	Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	Amortização	AV(%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	547.209.360,92	-63.114.986,97	85,44
COMANDO DA MARINHA	85.840.340,77	-191.687,56	13,40
COMANDO DO EXERCITO	7.426.876,35	-20.383.833,95	1,16
COMANDO DA AERONÁUTICA	0,00	-436,61	0,00
Total	640.476.578,04	-83.690.945,09	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme pode ser observado na tabela, o Ministério da Defesa é o órgão que possui maior valor registrado (R\$ 547,2 milhões), proveniente da apropriação do *Sistema SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicações Estratégicas*, que entrou em operação em 2017. A amortização acumulada até o exercício de 2018 alcançou o valor de R\$ 63,1 milhões.

Nota 6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – CP

Tabela 17 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar por Órgão

	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	15.411.670,67	79.557,22	19.271,81	0,32
52131 - COMANDO DA MARINHA	1.500.815.446,66	142.206.182,74	955,38	31,61
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	2.154.203.935,56	3.989.945,71	53.890,81	45,38
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	1.076.811.781,76	0,00	-	22,68
Total	4.747.242.834,65	146.275.685,67	3.145,41	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

A rubrica de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar tem como função registrar as obrigações referentes a salários, aposentadorias, pensões e reformas, bem como encargos e benefícios assistenciais. Da tabela acima, depreende-se que no quarto trimestre de 2018 ocorreram apropriações significativas nos órgãos, cujo detalhamento se encontra na tabela a seguir.

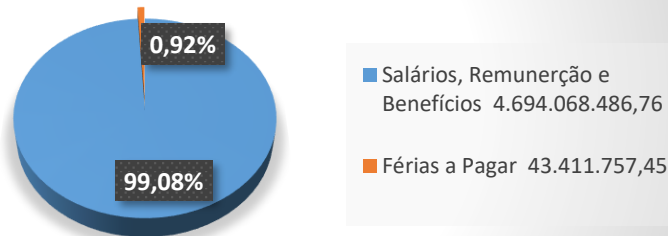
Tabela 18 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar CP

	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
Pessoal a Pagar	4.737.480.244,21	142.622.332,79	3.221,70	99,79
Benefícios Previdenciários a Pagar	7.060.711,45	391.937,80	1.701,49	0,15
Encargos Sociais a Pagar	2.701.878,99	3.261.415,08	-17,16	0,06
Total	4.747.242.834,65	146.275.685,67	3.145,41	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

O gráfico a seguir detalha a composição da rubrica Pessoal a Pagar, que apresentou variação de 3.221,7% em seu saldo no período e representa praticamente a totalidade do grupo.

PESSOAL A PAGAR CURTO PRAZO



Verifica-se que no quarto trimestre de 2018 o saldo da rubrica de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais obteve um aumento de 3.145,41%, tendo ocorrido o maior impacto em Pessoal a Pagar, decorrente da apropriação da Folha de Pagamento por competência no exercício.

Nota 7 - Fornecedores e Contas a Pagar

Tabela 19 - Fornecedores e Contas a Pagar por Órgão R\$

	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	1.213.658,88	1.836.135,81	-33,90	0,19
52131 - COMANDO DA MARINHA	78.608.542,67	103.747.870,94	-24,23	12,60
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	164.783.894,64	224.435.948,61	-26,58	26,41
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	379.322.920,17	115.506.343,78	228,40	60,80
Total	623.929.016,36	445.526.299,14	40,04	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Em 31/12/2018, o Órgão 52000 – Ministério da Defesa apresentou um saldo consolidado de R\$ 1,21 milhões relacionados a Fornecedores e Contas a Pagar de obrigações no curto prazo, com redução de 33,90%.

Na tabela a seguir, essas obrigações são segregadas entre Fornecedores Nacionais e Estrangeiros.

Tabela 20 - Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo - Composição R\$

	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)	AV (%)
Estrangeiros	369.278.874,02	88.551.424,61	317,02	59,19
Nacionais	254.650.142,34	356.974.874,53	-28,66	40,81
Total	623.929.016,36	445.526.299,14	40,04	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme demonstrado na tabela acima, a maior parte dos Fornecedores e Contas a Pagar do Curto Prazo se refere aos Fornecedores Estrangeiros (59,19%), com um crescimento de 317,02% no período. Por outro lado, verifica-se que no caso dos fornecedores classificados como nacionais houve uma redução de 28,66% no saldo.

Na próxima tabela, apresentamos os saldos de fornecedores por órgão contratante.

Tabela 21 - Fornecedores e Contas a Pagar por Órgão Contratante R\$

	Dez/2018	AV(%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	1.213.658,88	0,19
52131 - COMANDO DA MARINHA	78.608.542,67	12,60
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	164.783.894,64	26,41
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	379.322.920,17	60,80
Total	623.929.016,36	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Verifica-se que o órgão 52111 – Comando da Aeronáutica é responsável por 60,80% do total da conta “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo”, posição de dezembro de 2018.

Na tabela apresentada a seguir, temos os fornecedores por contratante mais significativos e o saldo em aberto, na data base de dezembro de 2018.

Tabela 22 - Fornecedores e Contas a Pagar - Fornecedor e Contratante R\$

CNPJ / UG	FORNECEDOR	CONTRATANTE	Dez/2018	AV (%)
EXE053627	SAAB AB - PROJETO GRIPEN	COM. DA AERONÁUTICA	328.870.474,06	52,71
EX1605274	VERINT SYSTEMS LTD	COM. DO EXÉRCITO	38.801.011,41	6,22
44734671000151	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	COM. DA MARINHA	28.898.949,13	4,63
773200	PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA - PAPEM-PAIS	COM. DA MARINHA	25.011.322,74	4,01
17080500000183	CONSORCIO TEPRO	COM. DO EXÉRCITO	21.709.927,10	3,48
27816487000131	EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS	COM. DO EXÉRCITO	8.052.433,00	1,29
34274233000102	PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA	COM. DA AERONÁUTICA	7.675.135,47	1,23
Demais			164.909.763,45	26,43
TOTAL			623.929.016,36	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Os dados da tabela acima demonstram os sete maiores fornecedores em valores absolutos, representando 73,57% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- SAAB AB - Projeto GRIPEN: aquisição de produtos/serviços relacionados à Defesa Nacional de interesse do COMAER, relacionadas ao Projeto Gripen;
- VERINT SYSTEMS LTD: aquisição de produtos/serviços relacionados à Defesa Nacional de interesse do EB;
- Cristalia Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda: fornecimento de materiais químicos e farmacêuticos para a produção de medicamentos;
- Consorcio TEPRO: serviços de implantação e integração do Projeto Piloto do SISFRON;
- Empresa Gerencial de Projetos Navais; aquisição de munição; e
- Petrobras Distribuidora S/A: aquisição de combustíveis e lubrificantes de aviação pelo Comando da Aeronáutica.

Nota 8 – Provisões

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões, nos períodos em análise:

Tabela 23 - Provisões - Composição R\$

	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)
Provisões a curto prazo	46.314.848,23	45.135.283,97	2,61
Provisões a longo prazo	125.683.297.419,00	118.657.472.614,44	5,92
Total	125.729.612.267,23	118.702.607.898,41	5,92

Fonte: Tesouro Gerencial

Provisões a Curto Prazo

O órgão 52121 - Comando do Exército foi o único órgão da estrutura do Ministério da Defesa que apresentou registros de provisões de curto prazo em seus órgãos subordinados, conforme abaixo:

Tabela 24 - Provisões de Curto Prazo - Por Órgão R\$

Órgão	Dez/2018	AV (%)
52221 INDUSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL	40.231.675,83	86,87
27201 FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXERCITO	6.083.172,40	13,13
Total	46.314.848,23	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

No Comando do Exército as Provisões de Curto Prazo foram registradas pela Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL e pela Fundação Habitacional do Exército, sendo que a IMBEL é responsável por 86,87% do total de provisões a curto prazo.

O item Provisões de Curto Prazo é constituído por Provisão para Indenizações Trabalhistas no valor de R\$ 40.231.675,83, no órgão 52221 – Indústria de Material Bélico, decorrente de processos judiciais com probabilidade de perda provável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Provisões de Longo Prazo

Tabela 25 - Provisões de Longo Prazo - Por Órgão R\$

Órgão	Dez/2018	AV (%)
52131 - COMANDO DA MARINHA	30.398.776.449,21	24,19
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	72.739.344.982,32	57,88
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	22.545.175.987,47	17,94
Total	125.683.297.419,00	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Quase a totalidade do saldo apresentado na conta de Provisões a Longo Prazo refere-se ao reconhecimento das obrigações com pensões militares, conforme detalhamento a seguir.

Tabela 26 - Provisões de Longo Prazo - Composição R\$

	Dez/2018	Dez/2017	AV(%)
Provisões para Indenizações Trabalhistas	994.849,85	524.563,80	0,0008
Provisões de Pensões Militares Concedidas -LP	125.682.302.569,15	118.656.948.050,64	99,9992
Total a Longo Prazo	125.683.297.419,00	118.657.472.614,44	100,0000

Fonte: Tesouro Gerencial

Provisão de pensões militares

Em 31/12/2018, o saldo apresentado na conta de Provisões a Longo Prazo, refere-se quase que na totalidade ao reconhecimento das obrigações com pensões militares concedidas pelas Forças Armadas atendendo à recomendação contida no Acórdão nº 2.563/2016-TCU e na Nota Técnica SEI nº 2/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, de 10 de outubro de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, com metodologia de cálculo conforme prevista na Nota Técnica Conjunta nº 001/2017, SG/MD, de 16 novembro de 2017, do Ministério da Defesa.

Nota 9 - Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018, o Órgão Superior 52000 – Ministério da Defesa possuía um saldo de R\$ 77,1 bilhões em obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas em exercícios futuros.

Tabela 27 - Obrigações Contratuais - Por Órgão R\$

	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	265.361.668,57	306.904.197,31	-13,54	0,34
52131 - COMANDO DA MARINHA	23.908.338.268,15	23.301.744.876,62	2,60	31,00
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	9.802.411.787,89	9.407.038.142,53	4,20	12,71
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	43.148.840.398,66	40.831.754.161,01	5,67	55,95
Total	77.124.952.123,27	73.847.441.377,47	4,44	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 28 - Obrigações Contratuais - Composição

Obrigações Contratuais	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)	AV (%)
Fornecimento de Bens	49.324.924.763,28	46.507.150.048,31	6,06	63,95
Serviços	27.493.202.265,59	27.019.835.848,62	1,75	35,65
Empréstimos e Financiamentos	265.756.096,19	278.380.499,45	-4,53	0,34
Seguros	4.752.914,37	8.328.329,29	-42,93	0,01
Aluguéis	4.971.200,01	4.879.076,35	1,89	0,01
Demais	31.338.883,83	28.867.575,44	8,56	0,04
Alugueis com Controle por PC ou RC	6.000,00	-	-	0,00
Total	77.124.952.123,27	73.847.441.377,47	4,44	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

As obrigações contratuais relacionadas com (Fornecimento de Bens e Serviços) representam cerca de 99,60% do total das obrigações assumidas pelo Órgão Superior 52000, até 31/12/2018.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se os órgãos contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2018.

Tabela 29 - Obrigações Contratuais - Por Órgão Contratante

Órgão	Dez/2018	AV (%)
52111 COMANDO DA AERONÁUTICA	43.148.664.426,38	55,95
52131 COMANDO DA MARINHA	23.446.329.435,13	30,40
52121 COMANDO DO EXÉRCITO	9.086.178.675,76	11,78
52904 FUNDO DO EXÉRCITO	697.925.659,49	0,90
31280 CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS P/PESSOAL DA MB	269.514.021,29	0,35
52000 MINISTÉRIO DA DEFESA	265.361.668,57	0,34
52132 COMANDO DA MARINHA - FUNDO NAVAL	142.063.793,28	0,18
52233 AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.	40.092.962,86	0,05
52221 INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL	10.904.138,42	0,01
52133 COM. MARINHA - FUNDO DESENV. ENS. PROF. MARÍTIMO	10.338.055,59	0,01
52222 FUNDAÇÃO OSÓRIO	7.403.314,22	0,01
52211 CAIXA DE FINANC. IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA	175.972,28	0,00
Total	77.124.952.123,27	100,00

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 07 contratados mais significativos nos órgãos subordinados ao Órgão 52000 – Ministério da Defesa, na data base de 31/12/2018.

Tabela 30 - Obrigações Contratuais - Por Contratado

CNPJ / UG	CONTRATADOS	CONTRATANTE	Dez/2018	AV (%)
EXE053627	SAAB AB - PROJETO GRIPEN	Cmdo da AERONAUTICA	12.976.847.110,40	16,83
EX9312972	DCN CHERBOURG	Cmdo da MARINHA	9.999.095.842,26	12,96
07689002000189	EMBRAER S.A.	Cmdo da AERONAUTICA	9.781.588.089,00	12,68
15102288000182	CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A	Cmdo da MARINHA	8.288.355.059,34	10,75
EXE0FB459	EMBRAER	Cmdo da AERONAUTICA	7.082.755.363,23	9,18
01844555000182	CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.	Cmdo do EXERCITO	5.580.823.410,23	7,24
EXE0F0210	EUROCOPTER	Cmdo da AERONAUTICA	5.492.940.838,47	7,12
Demais			17.922.546.410,35	23,24
TOTAL			77.124.952.123,27	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 10 – Execução da Receita Orçamentária

As receitas previstas na Lei Orçamentária anual de 2018 para o Ministério da Defesa e seus Comandos são da ordem de R\$ 11,7 bilhões. O valor arrecadado até o fechamento do exercício foi cerca de R\$ 11,8 bilhões, que correspondem a aproximadamente 100,97% do total da receita prevista, sendo R\$ 9,2 bilhões em Receitas Correntes e R\$ 2,6 bilhões em Receitas de Capital, sendo que os seguintes grupos alcançaram mais de 100% de realização: Receitas Tributárias (173,17%), Receita Industrial

(166,27%), Operações de Crédito (132,82%), Amortização de Empréstimos (118,64%), Alienação de Bens (114,37%), Receitas de Contribuições (109,21%) e Receita de Serviço (106,48%). Em termos de valores absolutos, as maiores participações foram as Receitas de Serviços (R\$ 4,7 bilhões), Receitas de Contribuições (R\$ 2,5 bilhões), Operações de Crédito (R\$ 2,4 bilhões) e Receita Patrimonial (R\$ 1,6 bilhões). Até o fechamento do mês de referência, não houve realização relativa às receitas de Transferências de Capital.

Tabela 31 - Execução da Receita Orçamentária

RECEITAS	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Realização (%)	AV(%)
RECEITAS CORRENTES	9.671.702.396,00	9.213.631.924,11	95,26	0,82
Receitas Tributárias	27.740.634,00	48.037.250,93	173,17	0,00
Receitas de Contribuições	2.297.333.629,00	2.509.031.884,28	109,21	0,20
Receita Patrimonial	2.588.409.578,00	1.607.609.494,60	62,11	0,22
Receita Industrial	80.865.604,00	134.455.168,99	166,27	0,01
Receitas de Serviços	4.449.467.027,00	4.737.895.712,32	106,48	0,38
Transferências Correntes	73.593.708,00	29.935.570,73	40,68	0,01
Outras Receitas Correntes	154.292.216,00	146.666.842,26	95,06	0,01
RECEITAS DE CAPITAL	2.100.333.039,00	2.672.084.313,22	127,22	0,18
Operações de Crédito	1.844.665.184,00	2.450.134.615,85	132,82	0,16
Alienação de Bens	25.804.995,00	29.512.624,18	114,37	0,00
Amortização de Empréstimos	162.199.109,00	192.437.073,19	118,64	0,01
Transferências de Capital	67.663.751,00	-	0,00	0,01
Total	11.772.035.435,00	11.885.716.237,33	100,97	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

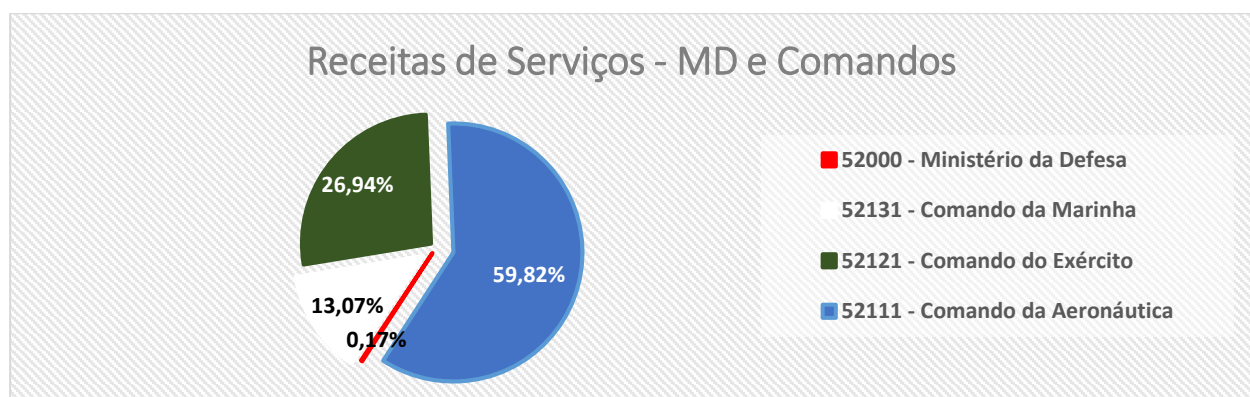
Nota 11 – Receitas de Serviços

Com relação às Receitas de Serviços, percebe-se que a maior concentração se encontra no órgão 52111 - Comando da Aeronáutica, correspondendo a 59,82% do total arrecadado, conforme tabela e gráfico abaixo:

Tabela 32 - Execução da Receita de Serviços por Órgão

Órgãos	Receitas Realizadas	AV(%)
52000 – MINISTÉRIO DA DEFESA	8.217.023,25	0,17
52131 - COMANDO DA MARINHA	619.240.163,71	13,07
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	1.276.443.748,42	26,94
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	2.833.994.776,94	59,82
Total	4.737.895.712,32	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial



Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 12 – Receita de Contribuições

Comparando-se o valor arrecadado até dezembro de 2018 com o mesmo período do ano anterior, percebe-se que houve um decréscimo de 24,32% nas arrecadações deste grupo, sendo que existe uma grande concentração (92,83%) no órgão 52000 – Ministério da Defesa, conforme tabela abaixo:

Tabela 33 - Receita de Contribuições

Órgãos	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)	AV (%)
52000 – MINISTÉRIO DA DEFESA	2.329.179.101,64	3.077.755.029,75	-24,32	92,83
52131 - COMANDO DA MARINHA	179.852.782,64	217.254.106,95	-17,22	7,17
Total	2.509.031.884,28	3.295.009.136,70	-23,85	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 13 – Receita Patrimoniais

A arrecadação das receitas patrimoniais teve um acréscimo de 2,64% quando confrontados os períodos de dezembro de 2018 com dezembro de 2017. As maiores arrecadações desta receita ocorreram nos órgãos 52111 - Comando da Aeronáutica, 52121 - Comando do Exército e 52131 - Comando da Marinha, respectivamente.

Tabela 34 - Receitas Patrimoniais

ÓRGÃOS	R\$			
	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)	AV (%)
52000 – MINISTÉRIO DA DEFESA	5.987.395,46	7.956.425,68	-24,75	0,37
52131 - COMANDO DA MARINHA	383.219.418,51	416.981.491,24	-8,10	23,84
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	405.985.394,14	411.352.358,15	-1,30	25,25
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	812.417.286,49	730.026.936,47	11,29	50,54
Total	1.607.609.494,60	1.566.317.211,54	2,64	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

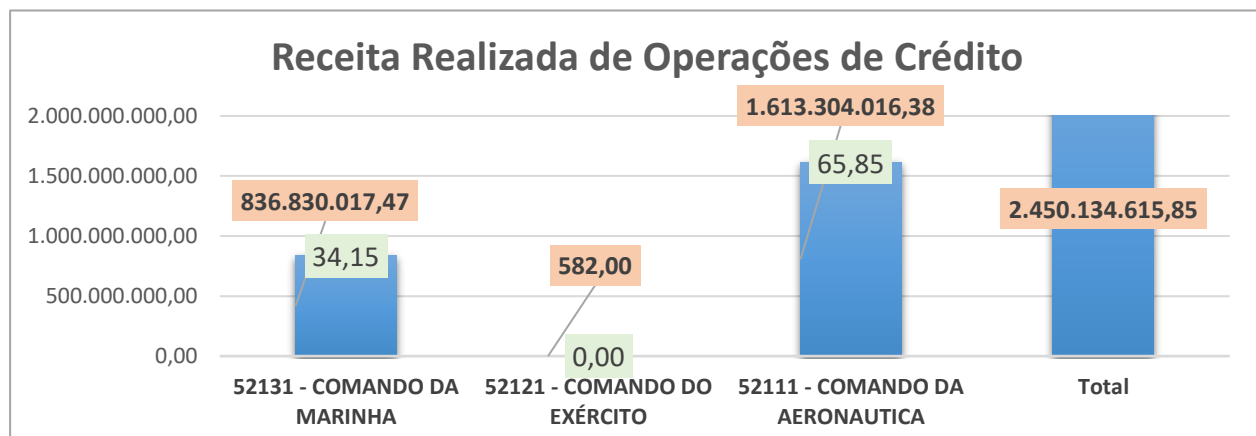
Nota 14 – Receita de Operações de Crédito

Até o quarto trimestre de 2018, a realização da Receita de Operações de Crédito ocorreu predominantemente nos órgãos 52131 – Comando da Marinha (R\$ 836,83 milhões) e 52111 - Comando da Aeronáutica (R\$ 1,61 bilhões). Da análise da tabela e do gráfico abaixo pode ser identificada a distribuição da realização desta receita entre os órgãos:

Tabela 35 - Receita de Operações de Crédito

ÓRGÃOS	R\$	
	Dez/2018	AV(%)
52131 - COMANDO DA MARINHA	836.830.017,47	34,15
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	582,00	0,00
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	1.613.304.016,38	65,85
Total	2.450.134.615,85	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial



Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 15 –Despesa Orçamentária

Em relação a despesa orçamentária ocorrida até dezembro de 2018 em comparação com o mês de dezembro de 2017, houve um acréscimo de 10,22%, correspondendo a cerca de R\$ 9,70 bilhões, sendo as variações mais representativas, em valores absolutos, as dos órgãos 52131 - Comando da Marinha (R\$ 4,56 bilhões), 52121 – Comando do Exército (R\$ 2,91 bilhões) e 52111 - Comando da Aeronáutica (R\$ 2,17 bilhões), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Tabela 36 - Despesa Orçamentária por Órgão R\$

Órgão	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	884.511.278,13	836.230.002,98	5,77	0,84
52131 - COMANDO DA MARINHA	30.722.073.402,58	26.156.424.920,46	17,46	29,34
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	46.790.776.614,57	43.876.323.694,78	6,64	44,69
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	26.306.412.573,37	24.128.720.278,80	9,03	25,12
Total	104.703.773.868,66	94.997.698.897,02	10,22	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 37 - Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo da Despesa R\$

Categoria Econômica	Grupo da Despesa	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	76.018.760.936,81	70.739.879.161,01	7,46	72,60
	Juros e Encargos da Dívida	468.962.916,18	373.048.428,95	25,71	0,45
	Outras Despesas Correntes	14.183.900.450,82	13.440.130.445,70	5,53	13,55
Despesas de Capital	Investimentos	9.534.936.624,27	8.731.597.283,21	9,20	9,11
	Inversões Financeiras	3.121.275.823,12	502.970.691,27	520,57	2,98
	Amortização/Refinanciam da Dívida	1.375.937.117,46	1.210.072.886,88	13,71	1,31
Total		104.703.773.868,66	94.997.698.897,02	10,22	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

O Grupo de Despesa com maior valor empenhado foi o de Pessoal e Encargos Sociais, que representa 72,6% do total das despesas. O crescimento mais relevante ocorreu no Grupo de Despesa de Inversões Financeiras com 520,57% de variação positiva. Os Grupos de Despesa de Outras Despesas Correntes e Investimentos apresentaram crescimento de 5,53 e 9,20%, respectivamente.

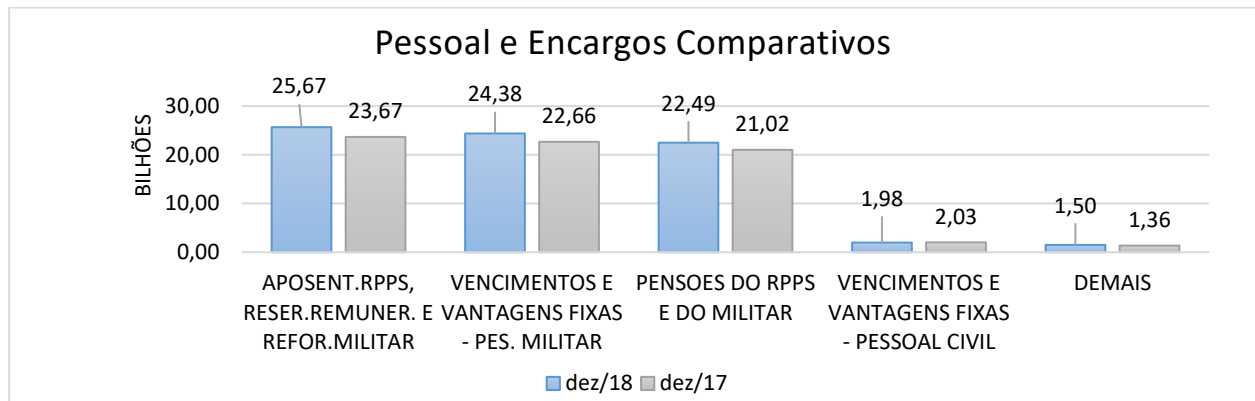
Nota 16 –Despesas com Pessoal e Encargos

As despesas de pessoal e encargos sociais tiveram um crescimento de 7,46%, comparando-se a posição de dezembro de 2018 com dezembro de 2017, correspondendo, em valores absolutos, a cerca de R\$ 5,27 bilhões. Os Elementos de Despesa que mais contribuíram para esse crescimento foram “Aposentadorias RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar”, com acréscimo de R\$ 2,00 bilhões, “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar”, com ampliação de R\$ 1,71 bilhões e “Pensões do RPPS e do Militar”, com aumento de R\$ 1,46 bilhões, conforme demonstrado na tabela e no gráfico a seguir.

Tabela 38 - Pessoal e Encargos R\$

	Dez/2018	Dez/2017	AH (%)
Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar	25.674.155.972,04	23.668.917.268,07	8,47
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pes. Militar	24.380.267.190,39	22.664.904.380,64	7,57
Pensões do RPPS e do Militar	22.486.955.919,71	21.021.699.266,11	6,97
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.978.003.440,70	2.028.774.236,84	-2,50
Demais	1.499.378.413,97	1.355.584.009,35	10,61
Total	76.018.760.936,81	70.739.879.161,01	7,46

Fonte: Tesouro Gerencial



Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 17 – Outras Despesas Correntes

O Grupo de Despesa “*Outras Despesas Correntes*” apresentou crescimento de 5,53% no comparativo de dezembro de 2018 com dezembro de 2017. Os Elementos de Despesa que mais contribuíram para esse crescimento foram “*Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Operação Intra Orçamentária*”, que teve maior aumento em valores absolutos, cerca de R\$ 387 milhões, acompanhado de “*Material de Consumo*”, com R\$ 188 milhões e “*Indenizações e Restituições*”, com R\$ 46 milhões, contudo houve redução de “*Outros Serviços de Terceiros – P. Física*” em cerca de R\$ 241 milhões.

Tabela 39 - Despesas Empenhadas - Outras Despesas Correntes

Elementos da Despesa	Dez/2018	Dez/2017	Diferença	AV(%)
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	5.379.617.968,58	4.992.316.149,85	387.301.818,72	37,93
Material de Consumo	4.052.647.638,45	3.864.616.600,91	188.031.037,54	28,57
Indenizações e Restituições	1.300.439.621,16	1.253.971.456,56	46.468.164,60	9,17
Auxílio-Transporte	610.820.095,79	575.215.988,99	35.604.106,80	4,31
Outros Serviços de Terceiros - P.Física	547.235.840,55	788.540.274,35	-241.304.433,80	3,86
Outros Benef.Assist. do Servidor e do Militar	459.002.184,66	446.348.970,32	12.653.214,34	3,24
Auxílio-Fardamento	386.140.765,43	356.944.136,10	29.196.629,33	2,72
Serviços Tecnologia Informação e Comunicação - PJ	269.965.130,75	-	269.965.130,75	1,90
Auxílio-Alimentação	240.085.248,26	249.580.747,92	-9.495.499,66	1,69
Passagens e Despesas com Locomoção	180.820.215,21	142.099.646,41	38.720.568,80	1,27
Locação de Mão-de-obra	178.011.262,51	190.254.950,45	-12.243.687,94	1,26
Contribuições	172.797.407,36	112.241.358,90	60.556.048,46	1,22
Diárias - Pessoal Militar	166.778.697,54	138.011.810,71	28.766.886,83	1,18
Obrigações Tributárias e Contributivas	108.420.140,29	105.741.322,32	2.678.817,97	0,76
Despesas de Exercícios Anteriores	63.852.239,83	182.299.648,28	-118.447.408,45	0,45
Contratação Por Tempo Determinado - Pes.Civil	18.030.749,86	7.350.115,63	10.680.634,23	0,13
Serviços de Consultoria	11.955.753,34	6.380.223,54	5.575.529,80	0,08
Material, Bem ou Serviço para Dist.Gratis	6.839.861,05	5.830.814,77	1.009.046,29	0,05
Diárias - Pessoal Civil	5.695.160,01	4.508.831,75	1.186.328,25	0,04
Sentenças Judiciais	5.050.933,48	2.684.606,85	2.366.326,63	0,04
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	5.032.495,10	4.951.759,70	80.735,40	0,04
Auxílio Financeiro a Estudantes	4.121.712,96	4.916.469,03	-794.756,07	0,03
Dividendos - Empresas Estatais Dependentes	3.568.345,76	-	-	-
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas	3.513.142,17	3.132.376,34	380.765,83	0,02
Pensões Especiais	1.953.753,42	1.850.344,43	103.408,99	0,01
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	1.166.273,00	34.507,34	1.131.765,66	0,01
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	337.814,30	307.334,24	30.480,06	0,00
Total	14.183.900.450,82	13.440.130.445,70	743.770.005,12	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 18 – Despesa de Investimento

Tabela 40 - Despesa Orçamentária – Investimento R\$

Grupo da Despesa - Investimentos	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
Equipamentos e Material Permanente	4.708.929.429,48	3.427.892.645,93	37,37	49,39
Outros Serviços de Terceiros Pj - Op.Int.Orc.	2.508.657.314,11	2.744.199.152,11	-8,58	26,31
Obras e Instalações	1.271.164.777,97	1.254.937.632,67	1,29	13,33
Material de Consumo	809.505.529,10	1.247.807.103,60	-35,13	8,49
Serviços Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	100.102.106,61	-	-	1,05
Aquisição de Imóveis	78.884.254,19	5.478.000,00	1.340,02	0,83
Auxílios	23.712.184,00	22.944.676,00	3,35	0,25
Passagens e Despesas com Locomoção	9.529.034,86	4.693.293,02	103,04	0,10
Diárias - Pessoal Militar	7.249.885,29	4.649.386,97	55,93	0,08
Contratação por Tempo Determinado - Pes.Civil	5.911.746,02	9.156.926,09	-35,44	0,06
Serviços de Consultoria	4.872.910,80	74.700,00	6.423,31	0,05
Outros Serviços de Terceiros - P.Física	2.690.114,95	1.973.935,70	36,28	0,03
Diárias - Pessoal Civil	1.859.575,67	725.719,32	156,24	0,02
Obrigações Tributárias e Contributivas	1.742.730,50	2.375.050,83	-26,62	0,02
Despesas de Exercícios Anteriores	81.988,24	2.710.575,87	-96,98	0,00
Indenizações e Restituições	43.042,49	1.624.568,69	-97,35	0,00
Locação de Mão-de-obra	0,00	193.916,41	-100,00	0,00
Contribuições	0,00	160.000,00	-100,00	0,00
Total	9.534.936.624,27	8.731.597.283,21	9,20	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 19 – Despesas de Inversões Financeiras

No grupo da despesa "*Inversões Financeiras*", detalhado a seguir, houve um incremento da execução orçamentária da ordem de 520,57% em relação ao mesmo período do ano anterior e o elemento mais relevante refere-se à "*Constituição ou Aumento de Capital de Empresas*", representando 92,43% do total.

Tabela 41 - Despesa Orçamentária Executada Inversões Financeiras R\$

Grupo da Despesa - Inversões Financeiras	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
Constit. ou Aumento de Capital de Empresas	2.885.000.000,00	215.000.000,00	0,00	92,43
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	231.240.393,00	244.237.000,00	-5,32	7,41
Aquisição de Bens para Revenda	5.035.430,12	4.969.985,35	0,00	0,16
Aquisição Tit. Repres. De Cap. Integralizado	-	38.763.705,92	-100,00	0,00
Total	3.121.275.823,12	502.970.691,27	520,57	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

A maior parte do incremento refere-se à Participação da União no Capital da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, para a Recomposição do Núcleo Naval - Construção das Corvetas da Classe Tamandaré, alocados na LOA/2018, para o Comando da Marinha.

Nota 20 - Restos a Pagar Não Processados

Foi realizado uma análise comparativa da inscrição dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) levando-se em consideração os saldos das inscrições dos RPNP entre os exercícios de 2018 e 2017. Para tanto, foi necessário realizar o ajuste da diferença da variação cambial do demonstrativo do 4º trimestre, no montante de R\$210,60 milhões, utilizando como comparação o mês de inscrição, mês zero, dos respectivos anos.

Conforme demonstrado no quadro a seguir pode-se perceber que houve um incremento 11,09% nas inscrições dos RPNP, no valor de R\$742.682.646,91, tendo o Comando do Exército apresentado o maior saldo de inscrição no encerramento do exercício de 2018, R\$2.788.512.949,03, representando 37,48% do total.

Tabela 42 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processados

R\$

Órgão	Restos a Pagar Não Processados Inscritos - 2018	Restos a Pagar Não Processados Inscritos - 2017	AH(%)	AV(%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	713.040.756,62	748.566.784,99	-4,75	9,58
COMANDO DA MARINHA	1.694.217.762,91	1.431.034.808,94	18,39	22,77
COMANDO DO EXERCITO	2.788.512.949,03	2.660.607.631,21	4,81	37,48
COMANDO DA AERONÁUTICA	2.243.549.426,57	1.856.429.023,08	20,85	30,16
Total	7.439.320.895,13	6.696.638.248,22	11,09	100,00

Fonte: Siafi 2018, 2017

Tabela 43 - Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados Insc/Reinsc - Exercício de 2018

R\$

Órgão	RPNP Insc/Reinsc - 2017	RPNP Liquidados	RPNP Pagos	RPNP Cancelados	(%) RPNP Liquidado	(%) RPNP Pago	(%) RPNP Cancelado
MINISTÉRIO DA DEFESA	748.627.850,55	368.840.054,57	265.966.478,56	87.230.963,44	49,27	35,53	11,65
Cmdo da MARINHA	1.516.108.630,83	1.208.237.243,17	1.203.385.703,92	32.776.420,92	79,69	79,37	2,16
Cmdo do EXERCITO	2.660.615.663,91	1.915.846.563,09	1.881.773.342,10	133.049.193,44	72,01	70,73	5,00
Cmdo da AERONÁUTICA	1.981.889.121,67	1.639.646.759,54	1.626.805.560,81	22.617.609,12	82,73	82,08	1,14
Total	6.907.241.266,96	5.132.570.620,38	4.977.931.085,39	275.674.186,92	74,31	72,07	3,99

Fonte: Tesouro Gerencial

Em relação a execução dos RPNP, foi verificado que 72,07% do total inscrito ao final do exercício de 2017 foi pago durante o ano de 2018, correspondendo, em valores absolutos, à aproximadamente R\$ 4,97 bi, contribuindo o Comando do Exército com R\$1,88 bi, seguido dos Comando da Aeronáutica, R\$ 1,62 bi, Comando da Marinha, R\$ 1,20 bi e Ministério da Defesa com R\$ 265,96 milhões. O total de RPNP cancelados foi de R\$ 275,67 milhões, tendo o Ministério da Defesa apresentado o percentual de cancelamento mais relevante de 11,65%.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 21 - Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia um Resultado Patrimonial negativo de R\$ 5,53 bilhões, com uma variação negativa de 151,82% em relação a dezembro de 2017. As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA apresentaram um acréscimo de 22,97% do 4º Trimestre de 2018 comparativamente ao mesmo período de 2017. No caso das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, a variação positiva foi de 28,44% no comparativo entre o 4º Trimestre de 2018 e o mesmo período de 2017, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 44 - Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$

	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	433.452.040.935,96	352.471.684.582,99	22,97	100,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	67.361.375,19	43.737.370,21	54,01	0,02
Contribuições	3.497.817.178,73	3.234.818.896,29	8,13	0,81
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.698.563.061,99	3.286.409.219,90	12,54	0,85
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12.148.030.915,85	3.819.516.569,74	218,05	2,80
Transferências e Delegações Recebidas	396.354.248.373,84	328.340.703.263,14	20,71	91,44
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc Passivos	15.708.383.463,17	11.902.559.514,12	31,97	3,62
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.977.636.567,19	1.843.939.749,59	7,25	0,46
Variações Patrimoniais Diminutivas	438.984.465.902,98	341.794.562.603,70	28,44	100,00
Pessoal e Encargos	30.199.304.825,29	28.902.761.980,03	4,49	6,88
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	48.460.357.803,18	44.271.334.699,91	9,46	11,04
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	12.494.223.548,68	11.817.485.636,40	5,73	2,85
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	12.144.070.394,40	3.543.249.502,96	242,74	2,77
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorp de Passivos	21.287.230.410,86	7.111.502.927,67	199,34	4,85
Tributárias	79.583.527,57	83.721.043,80	-4,94	0,02
Custo - Mercadorias, Prod Vend. E dos Serv Prestados	4.888.927,12	11.373.100,46	-57,01	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.194.802.726,87	179.472.867,48	3.908,85	1,64
Transferências e Delegações Concedidas	307.120.003.739,01	245.873.660.844,99	24,91	69,96
Resultado Patrimonial do Período	-5.532.424.967,03	10.677.121.979,29	-151,82	-

Fonte: Tesouro Gerencial

As duas próximas tabelas apresentam a composição das VPA e das VPD por órgãos.

Tabela 45 Variações Patrimoniais Aumentativas – Por órgão R\$

Órgão	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	96.636.127.417,49	86.624.875.189,32	11,56	22,29
52131 - COMANDO DA MARINHA	78.792.537.808,79	61.527.844.161,30	28,06	18,18
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	103.488.755.386,04	120.295.473.335,96	-13,97	23,88
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	154.534.620.323,64	84.023.491.896,41	83,92	35,65
Total	433.452.040.935,96	352.471.684.582,99	22,97	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 46 Variações Patrimoniais Diminutivas – Por órgão R\$

Órgão	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	96.661.208.868,13	87.134.713.989,80	10,93	22,02
52131 - COMANDO DA MARINHA	69.105.946.816,16	57.403.554.799,72	20,39	15,74
52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	120.808.045.001,73	117.844.977.423,36	2,51	27,52
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	152.409.265.216,97	79.411.316.390,81	91,92	34,72
Total	438.984.465.902,98	341.794.562.603,70	28,44	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Tanto as VPA quanto as VPD tiveram acréscimo no órgão 52111 - Comando da Aeronáutica em função dos reflexos provenientes da Reestruturação da Força Aérea Brasileira, elencado a seguir.

A variação significativa observada nos itens “Transferências e Delegações Recebidas” e “Transferências e Delegações Concedidas” deve-se, majoritariamente, à transposição de saldos patrimoniais entre unidades gestoras executoras pertencentes ao Comando da Aeronáutica. O movimento desses saldos patrimoniais ocorreu em função do processo de reestruturação organizacional do COMAER, conforme Diretriz para Reestruturação da Força Aérea Brasileira (DCA) nº 11-53, de 13 de maio de 2016.

Nota 22 – Projeções de Despesas com Militares Inativos

Fonte: Processo Sei! nº 60041.001463/2018-71

Em relação aos militares inativos das Forças Armadas, é conferido o direito a proventos quando de sua transferência para a inatividade, conforme prevê o art. 50, incisos II e III, da Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares).

O art. 3º, alínea b) inciso I, do Estatuto dos Militares define, ainda, que cabe à União custear as Despesas Financeiras com a remuneração dos militares que se encontrem na inatividade, acarretando dispêndios ao longo dos anos, com o objetivo de satisfazer esses direitos, conforme segue:

Art. 3º Os membros das Forças Armadas, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores da Pátria e são denominados militares.

§ 1º Os militares encontram-se em uma das seguintes situações:

[...]

b) na inatividade:

I - os da reserva remunerada, quando pertençam à reserva das Forças Armadas e percebam remuneração da União, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização;

Em 1º de março de 2017, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento,

Desenvolvimento e Gestão (MP), Ministério da Defesa e Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, conforme Portaria Conjunta nº 55, de 24 de fevereiro de 2017.

O GTI foi criado com o objetivo de realizar estudo conjunto para avaliar as melhores práticas de evidenciação, reconhecimento e mensuração contábil do passivo referente às pensões militares e a evidenciação das despesas futuras com militares inativos, objetivando ao atendimento das recomendações exaradas no Acórdão nº 2.523/2016-TCU-Plenário.

No âmbito do GTI, foi firmado o entendimento de que, embora o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP se refira a “regime próprio de previdência dos militares”, não se trata de “regime de previdência”, mas uma obrigação com características de um passivo a ser reconhecido, mensurado e evidenciado, observados os marcos normativos pertinentes.

Como resultado parcial dos trabalhos do GTI, houve o encaminhamento relativo à contabilização, por parte do Ministério da Defesa e de suas subdivisões administrativas, do passivo relacionado às pensões militares, conforme demonstrado na Nota “Provisões”, e à evidenciação em notas explicativas das despesas com militares inativos.

Conforme mencionado, à luz do que prevê a Constituição Federal, tais despesas com militares inativos não se configuram como benefícios previdenciários. Consoante os Acórdãos nº2.059/2012, 2.314/2015, 1.320/2017 e 1.295/2017, do TCU-Plenário, tais despesas são enquadradas como Encargos Financeiros da União.

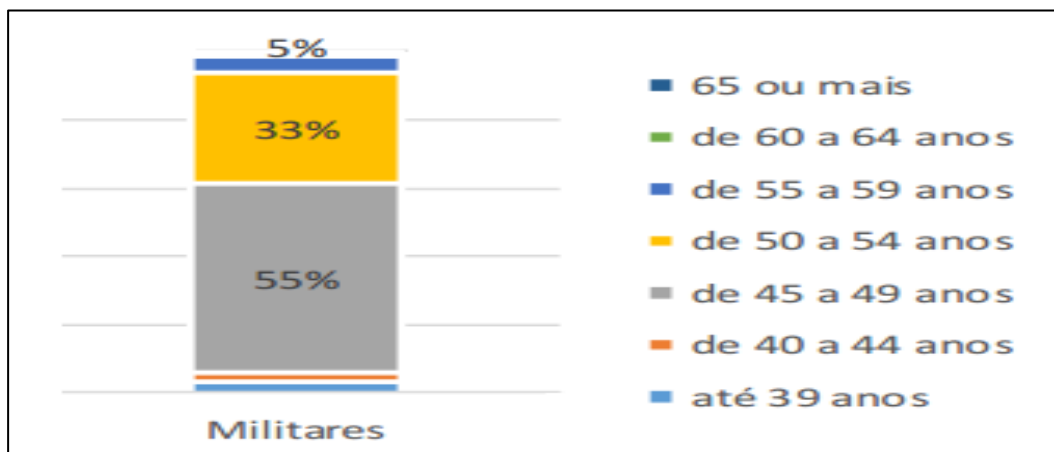
A metodologia adotada pelo GTI e apresentada no BGU 2017 foi objeto de avaliação por parte do Tribunal de Contas da União em 2018, que, por meio do Acórdão 1.322/2018, que trata da PCPR 2017, emitiu recomendação para que fosse conduzido estudo com o intuito aperfeiçoá-la, especificamente no que se refere ao horizonte de projeção das despesas com militares inativos e a respectiva correção monetária dos valores ao longo do período.

Portando, com base no *Estudo acerca do horizonte de projeção das despesas com militares inativos das Forças Armadas (Recomendação 1.20 do Acórdão 1.322/2018-TCU)*, realizado por integrantes da Casa Civil/PR; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério da Fazenda e Ministério da Defesa, bem como na Nota Técnica SEI nº 2/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, de 10 de outubro de 2017, que fornece o embasamento legal e normativo para a evidenciação das despesas com militares inativos, foram realizados os devidos ajustes na metodologia.

O horizonte de projeção para as despesas com militares inativos das Forças Armadas passa a ser de 27 (vinte e sete) anos, que corresponde ao tempo médio em que o militar inativo permanece nessa condição, ou seja, tempo médio de duração do pagamento das despesas.

O tempo médio de permanência da inatividade, de 27 anos, é o resultado da diferença entre a idade média de falecimento do militar e a idade média de ingresso na inatividade.

Com base nas informações extraídas do Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais do Ministério da Defesa (BIEG), verificou-se que a idade média do militar no momento de sua transferência para a inatividade é de 50 anos, conforme dados já apresentados ao TCU (Acórdão nº 1.295/2017-TCU-Plenário), tendo por base a folha de pagamento dos Comandos Militares:



Fonte: folha de pagamento dos comandos militares 09/2016 – Sefip/TCU (militares).

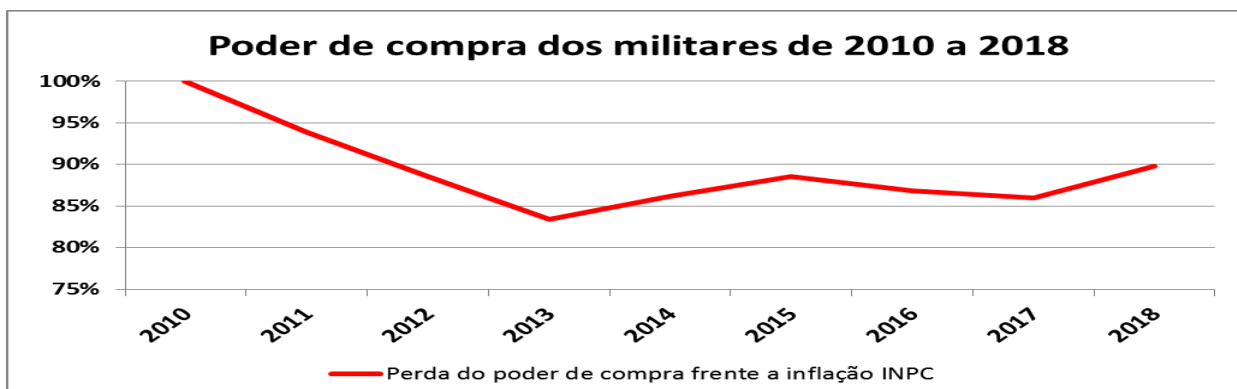
Já a idade média de falecimento, considerando todos os registros de óbitos do BIEG, é de 74 anos. Entretanto, tendo em vista que com o passar dos anos verifica-se uma elevação na expectativa de vida, optou-se pela análise da idade média de óbito de militares considerando apenas as informações dos últimos 5 (cinco) anos, de forma a possibilitar o levantamento de um dado mais adequado à realidade atual. Ao ser considerado apenas esse período, tem-se que a idade de média de falecimento dos militares é de 76,4 anos.

Considerando que a idade média de falecimento é de 76,4 anos e que a idade média de ingresso na inatividade é de 50 anos, verifica-se, portanto, que o tempo médio de permanência na inatividade é de 26,4 anos. Para realização da projeção das despesas futuras com militares inativos, o tempo médio de permanência na inatividade foi arredondado para 27 anos.

Outro ajuste na metodologia foi a incorporação de um índice de correção dos valores da projeção ao longo do período considerado, denominado de *índice de projeção remuneratória*, que corresponde à meta de inflação estipulada pelo Banco Central para o ano corrente, multiplicado pelo índice de reposição salarial apresentado no anexo G (atualizado anualmente) do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Apesar de os reajustes nas remunerações dos militares não estarem vinculados a nenhum índice, não havendo sequer a obrigatoriedade de reposição inflacionária ou de concessão periódica, pode-se, a partir da série histórica, identificar o percentual de reajuste concedido em relação à inflação do período e, assim, determinar o índice de reposição salarial.

O Anexo G do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta, de forma detalhada, informações relacionadas à “Perda do poder de Compra dos Militares e Pensionistas das Forças Armadas”. Conforme cálculo realizado para esse anexo, os reajustes remuneratórios dos últimos oito anos foram equivalentes a 89,82% do IPCA (índice de reposição salarial – 0,8982), apurado para o período de 2010 a 2018, conforme apresentado a seguir:



Fonte: PLDO 2019

Poder de compra dos militares de 2010 a 2018									
Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Inflação	6,47%	6,08%	6,20%	5,56%	6,23%	11,28%	6,58%	2,07%	-
Reposição	0,00%	0,00%	0,00%	9,15%	9,14%	9,13%	5,50%	6,63%	-
Poder de Compra	100,00%	93,93%	88,54%	83,38%	86,21%	88,57%	86,86%	85,98%	89,82%
Perda Total Percentual	10,18%								

Fonte: PLDO 2019

Os dados referentes à meta de inflação são definidos pelo Banco Central, que apresenta o histórico de metas, juntamente com as metas futuras já definidas por meio de resolução para um período de 4 anos, conforme evidenciado na tabela a seguir:



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Histórico de Metas para a Inflação no Brasil

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
1999			8	2	6-10	8,94
2000	Resolução 2.615	30/6/1999	6	2	4-8	5,97
2001			4	2	2-6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/6/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003 ^{1/}	Resolução 2.842	28/6/2001	3,25	2	1,25-5,25	
	Resolução 2.972	27/6/2002	4	2,5	1,5-6,5	9,30
2004 ^{1/}	Resolução 2.972	27/6/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	
	Resolução 3.108	25/6/2003	5,5	2,5	3-8	7,60
2005	Resolução 3.108	25/6/2003	4,5	2,5	2-7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/6/2004	4,5	2	2,5-6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/6/2005	4,5	2	2,5-6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/6/2006	4,5	2	2,5-6,5	5,90
2009	Resolução 3.463	26/6/2007	4,5	2	2,5-6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	17/7/2008	4,5	2	2,5-6,5	5,91
2011	Resolução 3.748	30/6/2009	4,5	2	2,5-6,5	6,50
2012	Resolução 3.880	22/6/2010	4,5	2	2,5-6,5	5,84
2013	Resolução 3.991	30/6/2011	4,5	2	2,5-6,5	5,91
2014	Resolução 4.095	28/6/2012	4,5	2	2,5-6,5	6,41
2015	Resolução 4.237	28/6/2013	4,5	2	2,5-6,5	10,67
2016	Resolução 4.345	25/6/2014	4,5	2	2,5-6,5	6,29
2017	Resolução 4.419	25/6/2015	4,5	1,5	3,0-6,0	2,95
2018	Resolução 4.499	30/6/2016	4,5	1,5	3,0-6,0	
2019	Resolução 4.582	28/6/2017	4,25	1,5	2,75-5,75	
2020	Resolução 4.582	28/6/2017	4	1,5	2,5-5,5	
2021	Resolução 4.671	26/6/2018	3,75	1,5	2,25-5,25	

Fonte: Banco Central do Brasil. Adaptada pela Seção de Análise Remuneratória da SEFA para destaque do período futuro.

Dessa forma, com base no índice de reposição de salarial (0,8982) e nas informações de meta de inflação, é possível definir o índice de correção dos valores (índice de projeção remuneratória) para cada ano da projeção, sendo que a partir do quinto ano repete-se o índice de meta de inflação do quarto ano. Tendo em vista que a projeção é realizada anualmente, todos os índices também são revisados com a mesma periodicidade, a fim de permitir a apresentação de valores ajustados às variáveis econômicas e financeiras, conferindo, assim, maior grau de transparência, objetividade e consistência.

Portanto, para a realização da projeção, tem-se como Valor Base para projeção no ano 2019 o valor empenhado em 2018 na ação 214H – Militares Inativos da União, corrigido pelo Índice de Reposição Remuneratória (Meta da Inflação x Índice de Reposição Salarial), conforme tabela a seguir:

Exercício Financeiro	Valor Base (R\$ milhares)	Índice de Projeção Remuneratória (Meta de Inflação x Índice de Reposição Salarial)	Valor da Projeção (R\$ milhares)
2019	23 965 050*	3,81%	24 878 118
2020	24 878 118	3,59%	25 771 243
2021	25 771 243	3,36%	26 637 157
2022	26 637 157	3,36%	27 532 165

Exercício Financeiro	Valor Base (R\$ milhares)	Índice de Projeção Remuneratória (Meta de Inflação x Índice de Reposição Salarial)	Valor da Projeção (R\$ milhares)
2023	27 532 165	3,36%	28 457 246
2024	28 457 246	3,36%	29 413 409
2025	29 413 409	3,36%	30 401 700
2026	30 401 700	3,36%	31 423 197
2027	31 423 197	3,36%	32 479 016
2028	32 479 016	3,36%	33 570 311
2029	33 570 311	3,36%	34 698 274
2030	34 698 274	3,36%	35 864 136
2031	35 864 136	3,36%	37 069 171
2032	37 069 171	3,36%	38 314 695
2033	38 314 695	3,36%	39 602 069
2034	39 602 069	3,36%	40 932 698
2035	40 932 698	3,36%	42 308 037
2036	42 308 037	3,36%	43 729 587
2037	43 729 587	3,36%	45 198 901
2038	45 198 901	3,36%	46 717 584
2039	46 717 584	3,36%	48 287 295
2040	48 287 295	3,36%	49 909 748
2041	49 909 748	3,36%	51 586 715
2042	51 586 715	3,36%	53 320 029
2043	53 320 029	3,36%	55 111 582
2044	55 111 582	3,36%	56 963 331
2045	56 963 331	3,36%	58 877 299

Fonte: SIAFI e Ministério da Defesa

* valor total empenhado em 2018